



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**POLICIA E JUVENTUDE: PERCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS QUE
DEMARCAM RELAÇÕES CONFLITUOSAS ENTRE A INSTITUIÇÃO E O SER
JOVEM**

**RACHEL PAULA DE SOUZA MACHADO
201134533-0**

NALAYNE MENDONÇA PINTO

Orientadora

Rio de Janeiro

Dezembro / 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

RACHEL PAULA DE SOUZA MACHADO

**POLÍCIA E JUVENTUDE: PERCEPÕES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
QUE DEMARCAM RELAÇÕES CONFLITUOSAS ENTRE A INSTITUIÇÃO E
O SER JOVEM**

Monografia apresentada no
Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro como requisito
para obtenção do título de
licenciado em Ciências Sociais.

Banca Examinadora:

Nalayne Mendonça Pinto

Orientadora

José Claudio de Souza Alves

Professor Convidado

Édson Miagusko

Professor Convidado

Rio de Janeiro
Dezembro / 2016

AGRADECIMENTOS

Em momentos de desafio como este, podemos perceber aqueles que nunca nos deixam de lado. Destes, o principal é Deus, que em todo momento esteve comigo, sem Ele seria impossível. Sou grata por tanta paciência, conhecimento, tempo investido, disposição e ajuda da minha orientadora, Nalayne. Me faltam palavras para agradecer à Eunice, mulher forte, incrível, que sempre me incentivou e esteve ao meu lado nas horas de estresse em que nem eu gostaria de estar me suportando. Mãe, você é a cara, te amo! Ana Lídia, Karine, Débora, Ana e Raquel, à vocês um obrigada especial. Gratidão a minha família e amigos, citados ou não, que de tantas formas me incentivaram, tiveram paciência em momentos de mal humor, compreenderam minha ausência, me incentivaram mais uma vez, me deram dicas, conselhos, me ensinaram determinadas coisas que eu precisava saber, por fim, me incentivaram novamente. Me trouxeram até aqui. Valeu, gente! Vocês fizeram essa caminhada, que está apenas começando, ser bem mais leve do que ela poderia ser.

“Tu quer a paz, eu quero também,
Mas o estado não tem direito de matar ninguém
Aqui não tem pena morte, mas segue o
pensamento:
O desejo de matar de um Capitão Nascimento.
Que sem treinamento se mostra incompetente
O cidadão por outro lado se diz impotente, mas
A impotência não é uma escolha também
De assumir a própria responsabilidade
Hein??”

(Desabafo – Marcelo D2)

Resumo

MACHADO, Rachel. **Polícia e Juventude: percepções e representações sociais que demarcam relações conflituosas entre a instituição e o ser jovem**: Representações sociais dos policiais civis sobre jovens em conflito com a lei. Monografia Licenciatura em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro , 2016.

O presente trabalho visa compreender as representações sociais dos policiais civis sobre os jovens em conflito com a lei e o alto número de homicídio de jovens no município de Seropédica, Baixada Fluminense e Rio de Janeiro de modo geral. Objetiva ainda compreender qual é o perfil traçado pelos policiais a respeito destes jovens envolvidos com ilicitudes. Foi utilizada, como metodologia empírica, a entrada na 48ª Delegacia Policial, para que fosse realizada, entrevistas com diferentes agentes policiais ocupando diversos cargos dentro da DP. Além disso, o trabalho discute, o caráter plural do termo juventude, para que então se delimite aquele que será abordado. Além de discutir a estigmatização e criminalização da juventude. Dados estatísticos são utilizados para trazer a incidência de crimes cometidos ou sofridos por jovens, e o perfil destes jovens, que também possuem percepções sobre os policiais. Então as representações sociais de jovens sobre as atuações policiais, também se encontram ao longo deste trabalho.

Palavras- Chave: Criminalização, Juventude, Polícia, Percepção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 - JUVENTUDE E VIOLÊNCIA NO BRASIL	13
1.1- O que é juventude?.....	13
1.2 - Criminalização da pobreza e de jovens pobres	16
1.3 - A influência da criminalização da juventude na construção de sua Cidadania	18
2 - DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE ÍNDICES CRIMINAIS JUVENTUDE, CRIME, PRISÃO E MORTE	22
2.1 - Envolvimento de jovens com ilicitudes	23
2.2- Índices sobre homicídios.....	28
3- PESQUISA DE CAMPO – 48ª DELEGACIA DE POLICIA	38
3.1 - Como se deu a chegada ao campo	38
3.2 - Quem são os jovens envolvidos com ilicitudes em Seropédica e na Baixada Fluminense de modo geral, segundo os policiais civis de 48° DP do município de Seropédica	40
3.2.1- Envolvimento, tipificação, fatores e perfis que os policiais civis atribuem aos crimes mais cometidos em Seropédica e na Baixada Fluminense.....	40
3.2.2 - Homicídios em Seropédica e em outros municípios da Baixada Fluminense: incidências, variáveis, motivações imputadas pelos policiais.....	46
3.2.3- Índice de reincidência – o “enxugar gelo” para os agentes policiais.....	48
3.2.4 - Medidas que os policiais acreditam serem possíveis para reduzir o índice de crimes cometidos por jovens.....	50

3.2.5 - Criminalização dos jovens pobres	51
4. A relação Polícia e Juventudes, segundo a perspectiva dos jovens..	55
4.1 – Abordagem Policial	55
4.2 – Abordagem Policial e Juventude	56
5- Conclusão	60
6- Referências Bibliográficas.....	63
7- Anexo.....	66

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição da população brasileira por faixa etária no ano de 2014	23
Gráfico 2- Distribuição do sistema prisional brasileiro por faixa etária no ano 2014	24
Gráfico 3- Distribuição por faixa etária no sistema prisional e no população brasileira no ano de 2014	24
Gráfico 4- População prisional segundo jovens e não jovens no Brasil	25
Gráfico 5- Perfil da população prisional brasileira por raça e etnia. 2014	26
Gráfico 6- Perfil da população prisional do estado do Rio de Janeiro por raça e etnia. 2014	27
Gráfico 7- Quantidade de crimes consumados ou tentativas no Brasil. 2014	28
Gráfico 8- Sexo das vítimas de homicídio por arma de fogo no Rio de Janeiro. 2014	32
Gráfico 9- Número de atos de resistência por região do estado do Rio de Janeiro de 2005 até 2014	34
Gráfico 10- Homicídios decorrentes de intervenção policial por sexo na cidade do Rio de Janeiro - 2010 até 2013	35
Gráfico 11- Homicídios decorrentes de intervenção policial por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro – 2010 até 2013	35
Gráfico 12- Homicídios decorrentes de intervenção policial por faixa etária na cidade do Rio de Janeiro – 2010 até 2013	36
Tabela 1- Homicídios dolosos, por número de vítimas e ocorrências no Brasil e no Rio de Janeiro – 2014	29
Tabela 2- Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes nas regiões do estado Rio de Janeiro –2014.....	30

Tabela 3- Taxa de letalidade violenta por 100 mil habitantes nas regiões do estado do Rio de Janeiro – 2014	30
Tabela 4- Taxa de homicídio por arma de fogo por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro - 2014	32
Tabela 5- Número de homicídio por arma de fogo segundo cor, no Brasil e no estado do Rio de Janeiro - 2003 / 2014	33

Introdução

A presente pesquisa monográfica, tem por objeto, compreender quais são os discursos e representações sociais, de policiais civis no tocante ao grande envolvimento de jovens com atos legalmente reconhecidos como ilícitos. E ainda, suas reflexões pessoais, a respeito dos homicídios de jovens em Seropédica, e na Baixada Fluminense. O trabalho objetiva ainda, entender o que policiais pensam sobre a situação em que se deu a morte, o que os mesmos opinam sobre os fatores envolvidos, além de questionar se os policiais percebem algum tipo de estigma atribuído ao jovem e possível influência deste estigma na carreira criminal juvenil. Nesse sentido, a pergunta que move este trabalho é: Qual o perfil dos jovens que sofrem homicídio e dos jovens em conflito com a lei, segundo os policiais civis de Seropédica? ¹

Portanto, o principal objetivo do trabalho, foi compreender empiricamente quais são os principais discursos e reflexões dos policiais civis sobre a temática. A partir de entrevistas, a pesquisa teve pretensão de perceber e analisar o que pensam sobre o perfil dos jovens que cometem infrações e aqueles que sofreram homicídio, principalmente no município de Seropédica, especificamente dos policiais civis da 48ª Delegacia Policial, localizada no município de Seropédica. Para tanto, foi criado um roteiro de entrevistas², aplicado a nove (9) policiais civis no mês de Setembro de 2016. Se faz necessário, salientar, que a escolha da Polícia Civil para a pesquisa, ocorreu, pelo tipo de ação destes agentes. Os policiais civis são aqueles que recebem denúncias, e investigam o caso até que possa ser mandado para o âmbito jurídico. Além disso, eles possuem contato direto com os indivíduos que foram detidos e tiveram a liberdade retirada.

¹ Aqui estamos considerando jovens acima de 18 anos, encaminhados a policia civil pois já respondem criminalmente pelos seus atos. No Estatuto da Juventude considera-se juventude ate os 29 anos.

² Encontrado em anexo.

Além da pesquisa empírica, foi feita pesquisa bibliográfica, que possibilitou as presentes discussões, acerca das relações sociais envolvendo a juventude, estatísticas criminais e interações de jovens com a polícia.

No primeiro capítulo, foi abordado as implicações do termo juventude, e a importância de incorporá-lo de maneira heterogênea e plural. Levando em consideração que dentro deste termo, cabe uma gama de símbolos e significados, classes, idades, gêneros e tantas outras formas de representações. É importante, perceber que muitas questões sociais perpassam o ser jovem e as diferentes formas de vivenciar a juventude.

Então, no segundo capítulo, foram levantadas algumas estatísticas em prol de delinear o perfil dos jovens que cometem crimes, em quais tipificações criminais são enquadrados com mais frequência, sua classe social, escolaridade e a cor da pele. Considerando o significativo aumento nas últimas décadas da população jovem no sistema penitenciário brasileiro. No entanto, é importante salientar, que estabelecer relações de causalidade entre perfil socioeconômico e envolvimento com atos ilícitos empobrece o debate e não dá conta de tantas outras relações e motivações que podem haver ao longo da carreira de um jovem.

O terceiro capítulo foi dedicado à pesquisa empírica. Foi feita uma descrição da entrada no campo, em seguida discutiu-se sobre as percepções dos policiais civis, a respeito dos jovens que adentram a 48ª Delegacia de Polícia, mas também suas reflexões de modo geral acerca do perfil dos jovens em conflito com a lei e dos jovens que sofrem homicídio em Seropédica e na Baixada Fluminense, de forma mais geral.

A relação polícia e juventude foi abordada no quarto capítulo, porém, a partir da percepção dos jovens que demonstra uma relação conflituosa e de insegurança por parte dos jovens, que veem os policiais, muitas vezes como seus algozes, por atuarem de forma discriminatória e seletiva.

Muito se falou, ao longo das entrevistas e das estatísticas, sobre violência urbana envolvendo os jovens, principalmente, no caso das entrevistas, tendo os jovens como causadores desta violência. Então, vale ressaltar desde já que a violência urbana “Trata-se, portanto, de uma construção simbólica que destaca e recorta

aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações.” (SILVA, 2004, p. 58). Então é necessário levar em consideração que a violência urbana, não é uma categoria previamente estabelecida, mas, uma construção social, onde o crime é um objeto igualmente construído e parcial (Silva, 2004).

Isto posto, três conceitos muito importantes serão trabalhados no decorrer da presente monografia: Sujeição Criminal, Desvio e Estigma.

A sujeição criminal, para Michel Misse (2010), está ligada a subjugação de determinados indivíduos à sujeitos criminais, é o processo de criminalização dos sujeitos, que segundo o autor é um processo que também é territorializado, especificando indivíduos locais - partindo de características físicas e sociais . Para Becker (2008), quando uma pessoa deixa de cumprir alguma regra imposta pelo grupo social a que pertence, ela se torna um desviante. No entanto, a pessoa que é desta maneira rotulada, pode apenas ter uma opinião diferente da opinião dos outros no grupo. É importante perceber, que a estes sujeitos que de alguma forma são criminalizados e considerados desviantes, é imputado um estigma (Goffman 2008) pela sociedade. Este estigma também é produzido e reproduzido pela polícia. Esta estigmatização arbitrária, é feita por policiais que já tem um perfil delimitado daqueles que serão enquadrados nos estereótipos de quem supostamente cometeu algum crime. O sujeito criminalizado, é aquele que é visto com um potencial desviante.

Deste modo, por muitas vezes as políticas penais são direcionadas a estas pessoas que no geral, como se pode ver no índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014 (2015), que demonstra que há desigualdade racial, e que esta contribui para a vulnerabilidade juvenil, de modo que os jovens negros muitas vezes estão muito distantes do exercício da cidadania, segundo o índice, para que se melhore os dados de violência e resolva esta distância da cidadania com relação a jovens negros, se faz necessário políticas que visem acabar com a desigualdade racial ainda existente. No entanto, o que se pode perceber, é o despreparo do Estado frente a essas demandas, principalmente no que tange as instituições da Polícia. Claramente há um real despreparo na formação policial referente às relações interpessoais. A própria estrutura das instituições policiais, forma uma

polícia militarizada, dissimulada e desacreditada da sociedade. Esta polícia com diversos problemas internos, está na rua despreparada academicamente e pronta a aprender seu ofício na própria rua, de modo que, a cultura policial que é reproduzida se torna cada vez mais preconceituosa e estigmatizada, como podemos ver através de Jaqueline Muniz (2001). É esta polícia que para Andrea Ana Nascimento (2011) por muitas vezes utiliza de meios informais e ilegais para tramitarem suas investigações. Pois segundo os policiais, pode-se perder muito tempo esperando burocracias jurídicas podendo atrapalhar o processo. Utilizando da mesma lógica, “você matou meu filho” fala de diversos casos de execuções feitas por polícias devido o uso da violência desnecessária, que acarreta nestes extremos, o que as autoridades tem chamado de “auto de resistência” ou ainda de “homicídio decorrente de intervenção policial”. Não se conseguiu ainda que a polícia parasse de usar a força extrema causando danos, mortes e tantos outros abusos extrajudiciais. Visto o breve mapeamento do contexto policial, e ainda dos jovens que por tantas vezes como já dito, sofrem com a sua criminalização e com um grande abismo referente à desigualdade social, percebe-se, que toda essa cultura policial, causa uma grande desconfiança por parte do jovem, seja ele pobre ou rico.

1. JUVENTUDE E VIOLÊNCIA NO BRASIL

1.1 O QUE É JUVENTUDE?

A categoria Juventude compreende uma gama de significados, então, é difícil conceituar o termo, uma vez que ele é por demais, heterogêneo. Rotineiramente ao falar sobre juventude, a primeira coisa que vem a mente é a classificação etária. Porém, ela não é fixa, pode variar de acordo com os órgãos a quem se refere, Bourdieu (1983), diz que os cortes etários são sempre objetos de manipulação. No entanto, a categoria vai muito além da idade. A classificação de juventude deve considerar a geração referida, o seu contexto histórico, social e econômico. O termo juventude abarca questões identitárias e formas distintas de desenvolver o “ser jovem”.

João Paulo Macedo e Castro (2009) em seu livro “A invenção da juventude violenta análise da elaboração de uma política pública”, cita Waiselfisz (1998) para dizer que a Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana de Saúde estabelece a faixa etária da juventude entre 10 e 20 anos, enquanto que a Organização Internacional da Juventude considera entre 15 e 24 anos. O Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), considera que juventude compreende as idades entre 15 e 29 anos, enquanto a Organização das Nações Unidas também considera juventude a faixa que vai dos 15 aos 24 anos. No presente trabalho, o recorte etário feito ao lidar com o termo juventude, foi o de 15 até 24 anos. Compreendendo o grande número de casos de violência abarcando esta faixa etária, o que demonstra a relevância de pensar juventude, a partir da idade sugerida pela Organização das Nações Unidas e pelo Estatuto Internacional da Juventude.

Além da faixa etária, muitos autores trabalham questões sobre o termo juventude relacionadas às perspectivas físicas, hormonais, pedagógicas, entre tantas outras. No entanto, a abordagem oferecida no presente trabalho monográfico, leva em consideração que “(...) a noção de juventude é tratada como instrumento que permite ver e analisar certos fenômenos sociais. O jovem não é mais tratado como

um segmento social, mas como um lócus privilegiado para refletir sobre questões sociais específicas.” (CASTRO,2009 p.110).

Esta noção traz a juventude como categoria, para um lugar onde se pode tratar de questões sociais específicas, uma vez que, intrínseco a ela se encontra múltiplas dimensões. Na categoria juventude, compreende-se muitas outras, implica em muitas formas de ser jovem e de viver a juventude. Estas formas se relacionam com os outros aspectos sociais que compõem a vida de uma pessoa, como por exemplo, o gênero, a classe social, a existência ou ausência de algum tipo de religião, a geração em que os jovens em questão pertencem, enfim, apenas a categoria etária, não dá conta de definir o conceito de juventude, justamente por ser plural e estar sempre em construção.

“Es necesario, entonces, acompañar la referencia a la juventud con la multiplicidad de situaciones sociales en que esta etapa de la vida se desenvuelve; presentar los marcos sociales historicamente desarrollados que condicionan las distintas maneras de ser joven.” (MARGULIS e URRESTI, 2008 p.14-15.)

Portanto, se faz importante a compreensão do termo juventudes, levando em conta todos os condicionantes que compõe a classificação do mesmo, visto que usando juventude no singular, não se descontrói a visão homogênea e muitas dimensões da análise são perdidas pelo reducionismo da categoria, que se mostra insuficiente para qualquer tipo de análise que se proponha a estudar sobre o assunto. Tratar juventude de forma homogênea, significa, correr o risco de perder inúmeros aspectos relevantes para a sua compreensão.

Juarez Dayrell (2003) faz uma análise sobre juventude, onde questiona determinadas tendências que existem quando o tema é estudado. Estas tendências, referem-se à juventude como um período de preparação para a vida adulta, como se o indivíduo ao vivenciar a sua juventude não estivesse de fato vivendo, somente esperando o período da vida adulta para ter suas realizações. Fala também da visão romântica da juventude, como um período de liberdade e busca pelo prazer, uma fase onde se é permitido errar, como uma fase de ensaios. Também questiona a tendência de ver a juventude como um momento de crise, onde o jovem se afasta da família.

“Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta.” (DAYRELL, 2003, p. 42.)

Cita ainda a juventude ser reduzida ao campo da cultura. Dayrell desenvolve sua pesquisa a partir de jovens envolvidos em grupos musicais e de produção cultural, porém, ele se propõe a olhar os jovens para além desses grupos, deseja vê-los como sujeitos sociais, que constroem seu modo de ser jovem:

“O mundo da cultura se apresenta mais democrático, possibilitando espaços, tempos e experiências que permitem que esses jovens se construam como sujeitos. Mas não podemos esquecer que, no Brasil, a modernização cultural que influencia tanto a vida desses jovens não é acompanhada de uma modernização social. Assim, se a cultura se apresenta como um espaço mais aberto é porque os outros espaços sociais estão fechados para eles. Portanto, não podemos cair numa postura ingênua de supervalorização do mundo da cultura como apanágio para todos os problemas e desafios enfrentados pelos jovens pobres. No contexto em que vivem, qualquer instituição, por si só – seja a escola, o trabalho ou aquelas ligadas à cultura, pouco pode fazer se não estiver acompanhada de uma rede de sustentação mais ampla, com políticas públicas que garantam espaços e tempos para que os jovens possam se colocar de fato como sujeitos e cidadãos, com direito a viver plenamente a juventude.” (DAYRELL, 2003, p.51.)

Estes indivíduos, constroem sua trajetória e se forjam como jovem, à medida que vivenciam determinadas situações, inseridos em contextos específicos que lhes permitem moldarem-se como sujeitos sociais que são. Enfrentando espaços sociais fechados, que não contribuem para a sua formação, não contam com um aparato de políticas públicas que garantam igualdade de condições no que se refere a qualquer área da vida de um jovem, como educação, acesso aos meios de informação, além de espaços de lazer onde possam expressar sua cultura. O que por vezes, adicionado a outras variáveis, ocasiona na criminalização destes jovens e de seus contextos.

1.2 CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DE JOVENS POBRES

É notório na sociedade brasileira, que existe uma grande parcela da mesma que é criminalizada, independente de ter algum envolvimento com o crime ou não. Esta parcela não é vista de tal maneira aleatoriamente. Existem razões e critérios que apoiados em uma sociedade de classes, são capazes de, arbitrariamente estigmatizar a pobreza e principalmente os jovens pobres. Segundo Michel Misse (2010) desenvolveu-se um processo de sujeição criminal, onde uma parcela de agentes com uma cultura comum tem suas práticas, gírias, modo de vestir e viver, associados às práticas criminosas.

Existe uma relação entre juventude e violência. Mas para que se compreenda qual é esta relação, é necessário salientar que não refere-se a qualquer juventude, mas, à jovens pobres rotineiramente estigmatizados. Esta relação entre juventude e pobreza, ocorre através da criminalização em que os dois elementos citados estão sujeitos. Segundo os ensinamentos de José Maria Terra e Thiago Fabres de Carvalho (2015), não apenas os jovens, mas principalmente eles, são extremamente estigmatizados apenas por morarem em favelas. Existem mecanismos criados pelo Estado que legitimam o uso da sua força, interferem no ambiente político, no que tange ao uso de políticas públicas voltadas para segurança, como disputa em períodos eleitorais, além das justificativas para as medidas evasivas da polícia. Neste sentido, os autores questionam em que medida se pode dizer que existe crime organizado, sendo que é um conceito defasado no seu conteúdo, porém totalmente dotado de ideologias, sua existência é reduzida ao espaço da favela, justificando portanto, a criminalização e os estigmas imputados à pobreza.

“Esta estigmatização, tanto lá, como aqui, quer mostrar que os hábitos delituosos não são próprios da população étnica ou social. Tais hábitos são, sim, quase naturalmente congênitos do submundo estrangeiro, aqui representado pelo estrangeirismo social da favela que faz com que seus moradores sejam verdadeiros alienígenas sociais junto à ‘cidade codificada’ vindos das ‘distantes e bárbaras’ terras da favela.” (TERRA e CARVALHO, 2015 p. 68.)

Os autores traçaram um paralelo entre os Estados Unidos da América e o Brasil no que diz respeito à expressão “crime organizado”, e a forma ideológica como ela é utilizada, em uma lógica de exclusão que no Brasil, tem como consequência, problemas como:

“Não só ignora as estruturas de exclusão de sociedades desiguais como horizontes simbólicos da produção social das violências, como reforça esta desigualdade e exclusão. Se há alguma coerência por parte do Estado em suas ações mais contemporâneas em relação as favelas cariocas é a coerência histórica de segregar, excluir e criminalizar os moradores e sobretudo, ignorar suas racionalidades e perspectivas de mundo, impondo, junto com a força do Estado, a fraqueza de suas razões.” (TERRA e CARVALHO, 2015 p. 72.)

Esta exclusão e criminalização não são exclusividade do período de tempo atual. Em 1885, houve uma tentativa por parte do Estado de instalarem portões de ferro segregando os cortiços, fechando os seus moradores lá a partir de determinada hora. No ano de 1889, com a proclamação da República, houve grande perseguição e repressão aos grupos de capoeiras, como afirma Terra e Carvalho.

“Desta forma, percebe-se que, além de coibir a prática de uma luta, ou mesmo de um delito, ou ainda de um ambiente criminogênico, nos termos da criminologia oficial, a criminalização da capoeira é a criminalização da cultura negra, de seus valores e de sua percepção de mundo. Essa criminalização não fica restrita às pessoas de origem negra, mas invade e povoa seu habitat, seu espaço-tempo, ou seja, a Favela.” (TERRA e CARVALHO, 2015 p. 39.)

Há de se considerar que com a criminalização da favela, o imaginário social é permeado com o medo de todo aquele que vem deste lugar. Os moradores são vistos como pessoas que necessitam de educação e civilidade, cultura, são perigosos e portanto, devem se manter segregados. Desta forma, um morador da favela só passa a ser respeitado socialmente fora deste ambiente, se for capaz de chegar a um nível aceitável pela sociedade dominante de escolaridade, ou pelo menos de comportamento, além da incorporação das normas estatais, que o diferencie e o afaste dos costumes e hábitos que desenvolveu no seu contexto dentro da favela.

“Portanto, os excluídos, nos quais se incluem os moradores de *Matrix*, resistem às normas estatais próprias da sociedade competitiva. Neste processo de distanciamento e de negação, forma-se a identidade bloqueada de seus moradores que assimilam as normas estatais sem, no entanto, chegarem a incorporá-las como identidade.” (TERRA e CARVALHO, 2015, p.137.)

Os moradores das favelas e periferias, não se identificam com as normas estatais vigentes na sociedade competitiva, como classifica Terra e Carvalho (2015), porém, precisam de algum modo incorporá-las, para que sejam aceitos nos espaços sociais dominantes que, como já mencionado, são fechados para estes indivíduos e

principalmente para os jovens. Pois os mesmos não o são apenas pela sua faixa etária, mas carregam consigo todas as outras categorias que os fazem ser jovens, além disso, toda a cultura e o estigma de ser um jovem morador de favela.

Não se pode negar que todo estigma e criminalização ligados à juventude e à pobreza, perpassam pela hierarquização das raças e criminalização do negro. O que torna ainda pior a visão que a sociedade capitalista conservadora e racista tem dos moradores das favelas, que se enquadram neste perfil. “A dificuldade ainda é maior quando o *outro* é ‘jovem, preto e pobre’, essa tríade que acompanha muitos dos jovens como uma maldição.” (DAYRELL, 2003, p. 44.)

Sendo assim, a citação de Dayrell é importante para trazer a discussão da dificuldade que jovens pretos e pobres sofrem, por serem criminalizados pelo simples fato de serem, jovens, pretos e pobres. O que deveria ser apenas características de um sujeito, torna-se, então, motivo de medo, de incapacidade e de segregação, na visão desta sociedade capitalista, conservadora e racista.

“No Brasil a difusão do medo e do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas. O ordenamento introduzido pela escravidão na formação sócio-econômica sofre diversos abalos a qualquer ameaça de insurreição. O fim da escravidão e a implantação da República (fenômenos quase concomitantes) não romperam jamais aquele ordenamento. Nem no ponto de vista sócio-econômico, nem do cultural. Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para a implantação de políticas de lei e ordem. A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco Zumbi que assombra a civilização; dos quilombos ao arrastão nas praias cariocas.” (BATISTA, 2003, p. 21.)

Neste sentido, clarifica-se que a sensação de insegurança relacionada aos jovens pobres, principalmente se forem negros, está presente na sociedade, atribuindo a estes indivíduos, um rótulo que os criminaliza, fazendo com que os mesmos não tenham seus direitos respeitados, passem por situações de constrangimento e sejam alvos de operações policiais desrespeitosas e preconceituosas.

1.3 A INFLUENCIA DA CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE NA CONSTRUÇÃO DE SUA CIDADANIA

“O resultado concreto da vitória do pacto sinistro é uma política econômica de exclusão (desemprego, fim de direitos trabalhistas e ect.) e uma política de segurança pública que faz corar os saudosistas dos anos setenta: extermínio, opressão policial contra marginalizados do tipo camelôs e flanelinhas, perseguição a consumidores de drogas e etc.” (BATISTA, 2014 p.20.)

Percebe-se então que o Estado gerencia quem vive e quem morre. O Estado com seus mecanismos de repressão em excesso, aliados a eminente ausência de meios para que os indivíduos exerçam a sua cidadania, não garantindo acesso a educação de qualidade, saúde, moradia, lazer, traz uma “descrença dos jovens nas instituições públicas”³. Segundo João Paulo Macedo e Castro, à medida que a cidadania é retirada do contexto dos jovens, a sociedade se torna carente e indica um comportamento ao jovem. Desta forma, a violência e a cidadania podem ser explicadas e medidas ao passo que são postas em oposição.

“Falar-se em cidadania, na favela, implicaria nos termos do paradigma do direito moderno, no cumprimento por parte do Estado de suas próprias leis e normas, sobretudo de caráter constitucional, permitindo aos seus integrantes a participação plena na formação racional da vontade coletiva.” (TERRA e CARVALHO, 2015 p.50.)

Portanto, além de não garantir os direitos básicos, o Estado age de maneira incoerente não cumprindo suas próprias normas, disseminando desde sempre medo e estereótipos, sendo fundamental para a criminalização da pobreza e principalmente da juventude pobre. Jovens, não tem suas necessidades básicas atendidas, e nem seus direitos garantidos, o que os leva a crer que sua cidadania é inexistente, acarretando por vezes em cometimento de ilicitudes pela ausência da sensação de pertença.

Todo este estigma imputado aos moradores das favelas e especialmente aos jovens, é resultado da sociedade de classe e racista, resultando em situações como traz Vera Malaguti Batista em “Difíceis ganhos fáceis drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro” : “Os jovens chegam sempre ao Juíz pelas mãos da polícia, embora não tenham cometido nenhum crime,” BATISTA, 2003 p. 66. No entanto é

³ CASTRO, João Paulo Macedo. Definindo conceitos: Juventude, violência e cidadania. In: **A invenção da juventude violenta – análise da elaboração de uma política pública**. P. 91.

importante salientar que existem particularidades entre os moradores de favelas. Existe uma identidade comum, mas também peculiaridades. Por isso é relevante que se desnaturalize a ideia de que “todos os moradores de favelas certamente são usuários de drogas” que se tem, uma vez que o uso de drogas não é intrínseco a natureza dos moradores de periferias.

No tocante ao uso de drogas, é necessário levar em consideração, que o seu fazer, e toda a trajetória do usuário não está previamente estabelecida. Além disso, seria extremamente simplório atribuir seu uso unicamente a classe social e a pobreza. Os indivíduos que são usuários de drogas não nascem usuários, existem motivos pelos quais eles tomam tal decisão, a partir de então, são iniciados e segundo Becker, aprendem a tornarem-se usuários. “Em resumo, um indivíduo só será capaz de fumar maconha por prazer quando atravessa um processo de aprendizagem para concebê-la como um objetivo que pode ser usado dessa maneira” BECKER, p. 67.

Logo, percebemos como os indivíduos são rotulados por suas práticas consideradas desviantes e por isso naturalizadas, generalizadas e criminalizadas. O uso de drogas por jovens é sempre atrelado ao aliciamento de jovens pelo tráfico, ao financiamento do mesmo e ainda é visto como porta de entrada para o mundo do crime.

“Construir uma cidadania formada por diversas identidades implica reconhecerem-se as diferenças, para que, desta forma se efetive a igualdade.” (TERRA e CARVALHO, 2015, p.115.) Deste modo, percebe-se que para a cidadania se tornar uma realidade percebida na vivência dos jovens pobres, é imprescindível que haja a consciência de que cada contexto sócio espacial e econômico tem sua cultura, deve-se levar em conta as particularidades e identidades locais, a subcultura e os padrões internos para que a igualdade na cidadania sejam garantidas.

“Ignorar práticas sociais populares tem sido uma constante do Direito estatal brasileiro, a tal ponto que não se pode falar em democracia no Brasil, uma vez que esta tem se restringido, quando muito, e ainda de forma tímida, a permitir a escolha dos governantes, mas não a incorporação das racionalidades e práticas sociais dos governados, uma vez que não se pode incorporar aquilo que se desconhece.” (TERRA e CARVALHO, 2015, p. 120.)

A realidade é que a sociedade, o direito e a própria democracia, não compreendem as identidades e as subculturas distintas nas favelas e periferias de todo o país. Segundo Terra e Carvalho (2015), o direito estatal é distante da realidade social da favela, sendo assim, os moradores não se identificam com o mesmo. O direito estatal tem promovido exclusão social e restrição do conceito de cidadão, trazendo à tona a necessidade de pluralizar e democratizar o sistema jurídico.

Portanto, os indivíduos percebem seus direitos retirados ou não respeitados, sofrem com a ausência de políticas públicas voltadas à sua realidade, além de sofrerem com todos os estereótipos que lhes são atribuídos acarretando na sua criminalização. O que os afasta mais ainda de sua cidadania, no que tange ao reconhecimento e ao consequente exercício. Então, os jovens que não se identificam, e por isso, não exercem sua cidadania, são jovens marginalizados e, como supracitado, tendem a se envolver em situações delituosas que se dão na proporção inversa do respeito e direito a cidadania.

2- DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE INDÍCES CRIMINAIS, JUVENTUDE, CRIME, PRISÃO E MORTE

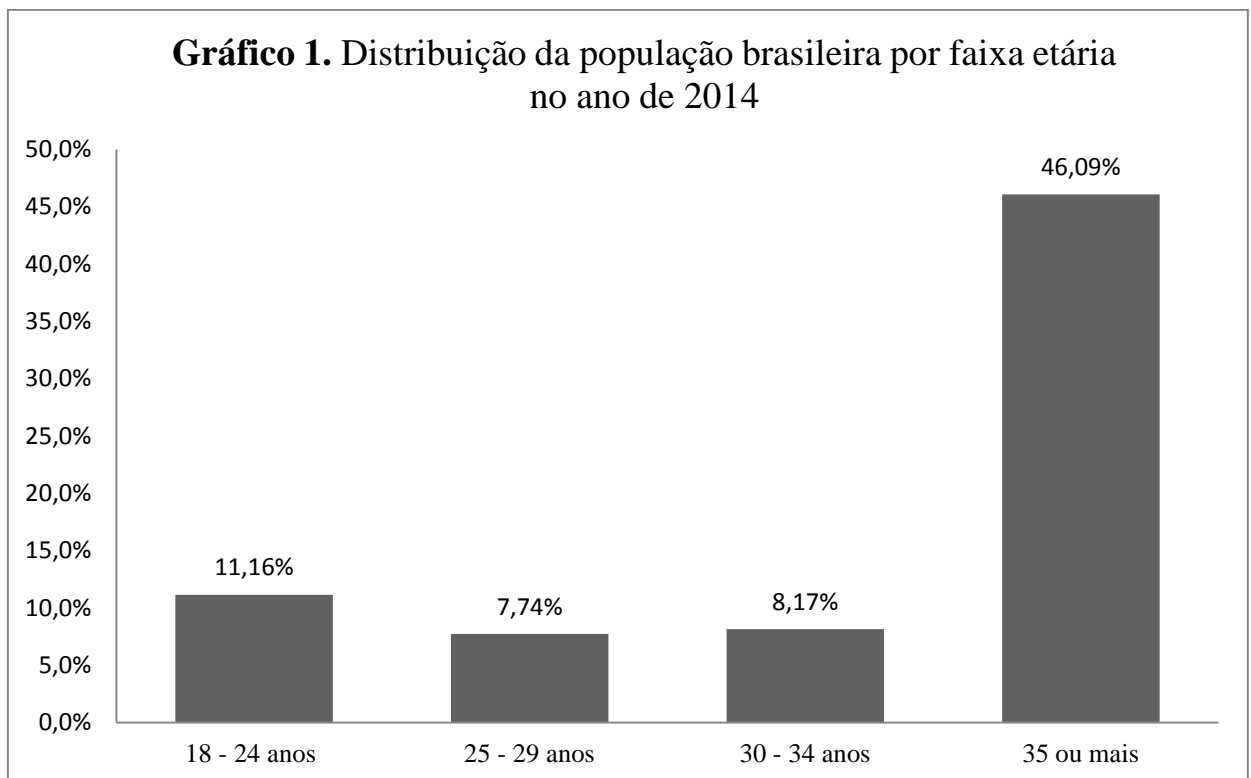
O presente capítulo tem por objetivo, a análise de estatísticas e dados que mostram, o envolvimento da juventude brasileira, e especificamente, dos jovens do município do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, com atos ilícitos. Por conta deste envolvimento, parte desta juventude, é socialmente reconhecida como uma juventude violenta. Porém, se faz necessário salientar que o termo “violência” precisa ser posto em um lugar de desconstrução como um conceito previamente estabelecido. Esta ideia trabalhada por Maria Stela Grossi Porto (2006), traz à reflexão que a categoria violência é uma construção social, diferente de ser uma definição, é um objeto que tem seu sentido dado por cada grupo social com determinada cultura e atribuição de significados. Segundo a autora, diferentes representações sociais são feitas sobre violência, variando conforme o pertencimento de cada indivíduo e grupos sociais. “Assim, o que os atores sociais nomeiam como violência varia segundo as representações que estes se fazem do fenômeno.” (COELHO, 2006, p.263).

Existe um relativismo que possibilita compreender que violência não tem o mesmo significado em todas as culturas. Portanto, Porto estabelece como um limite para este relativismo. A violação da alteridade de um indivíduo. A partir do momento em que um indivíduo passa a ser tratado como objeto, não sendo respeitado como sujeito, caracteriza-se, um ato de violência.

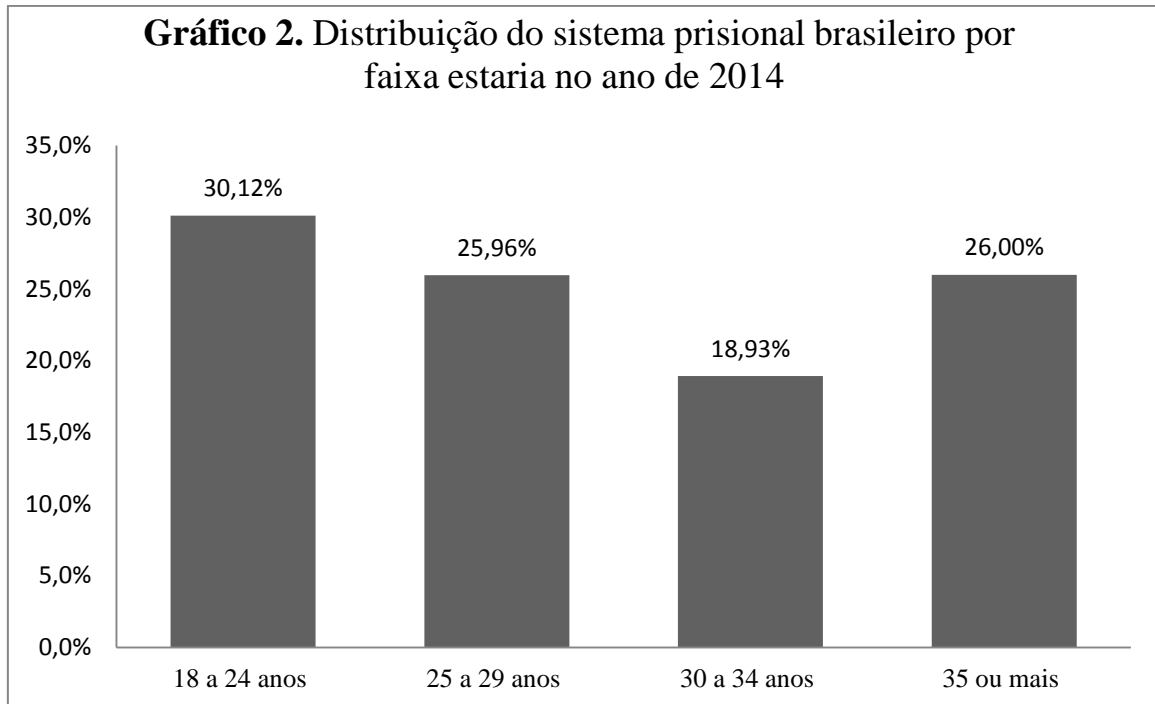
“Aqui se situa, talvez, um dos elementos mais complexos da questão da definição da violência: não há uma definição em abstrato, que se “aplique” a qualquer sociedade. Por outro lado, o relativismo não leva a lugar nenhum. Uma forma possível de se buscar sair do impasse seria considerar que o limite para o relativismo seria a integridade, física e moral da pessoa. Desta forma, toda vez que tal integridade fosse atingida poder-se-ia assumir que se está em presença de um ato violento.” (PORTO, 2006, p. 266).

Esta pequena introdução se faz muito importante, uma vez que, a seguir se encontram estatísticas referentes a atos infracionais. Portanto, desconstruir violência como um conceito estabelecido e trazer como uma categoria socialmente construída torna-se relevante para a discussão. A partir de então, a apresentação de estatísticas mostrando o envolvimento de jovens com ilicitudes, levará em consideração, uma determinada juventude envolvida com violência, no entanto, percebendo a violência, como categoria socialmente construída que é.

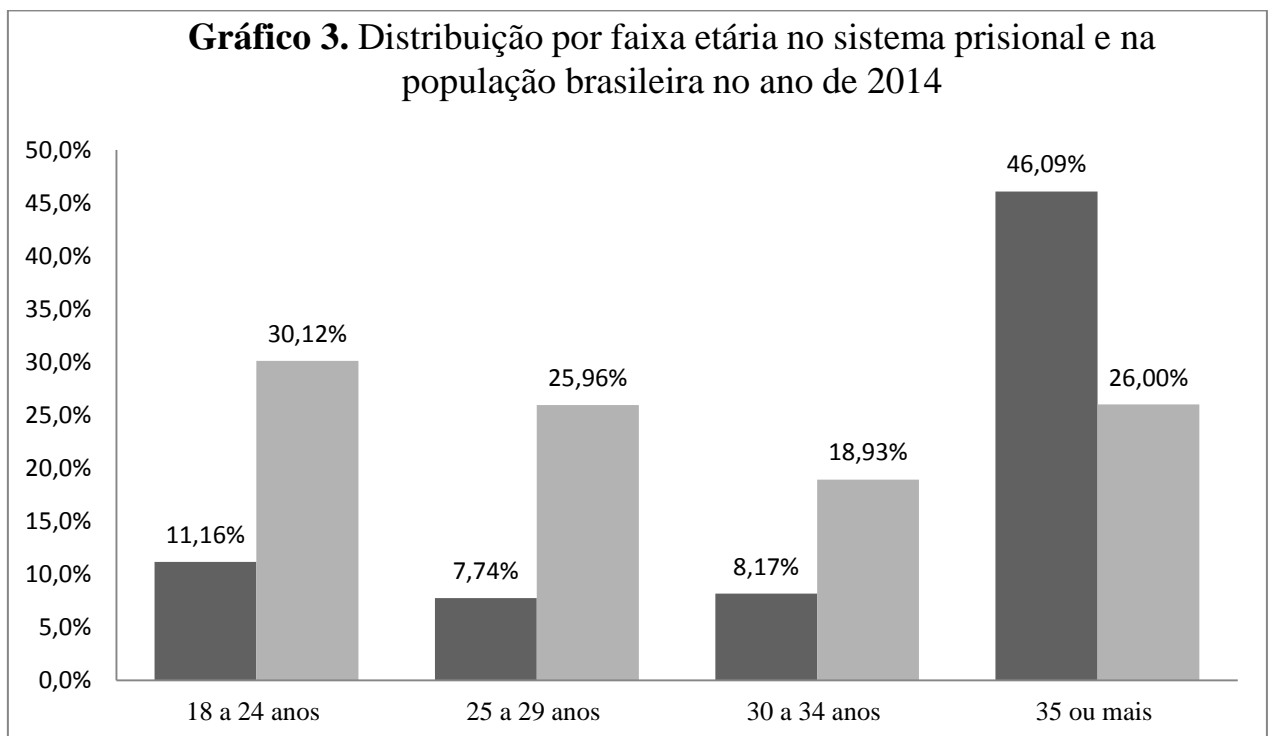
2.1 ENVOLVIMENTO DE JOVENS COM ILICITUDES



Fonte: InfoPen, dez./2014. PNAD, 2014.



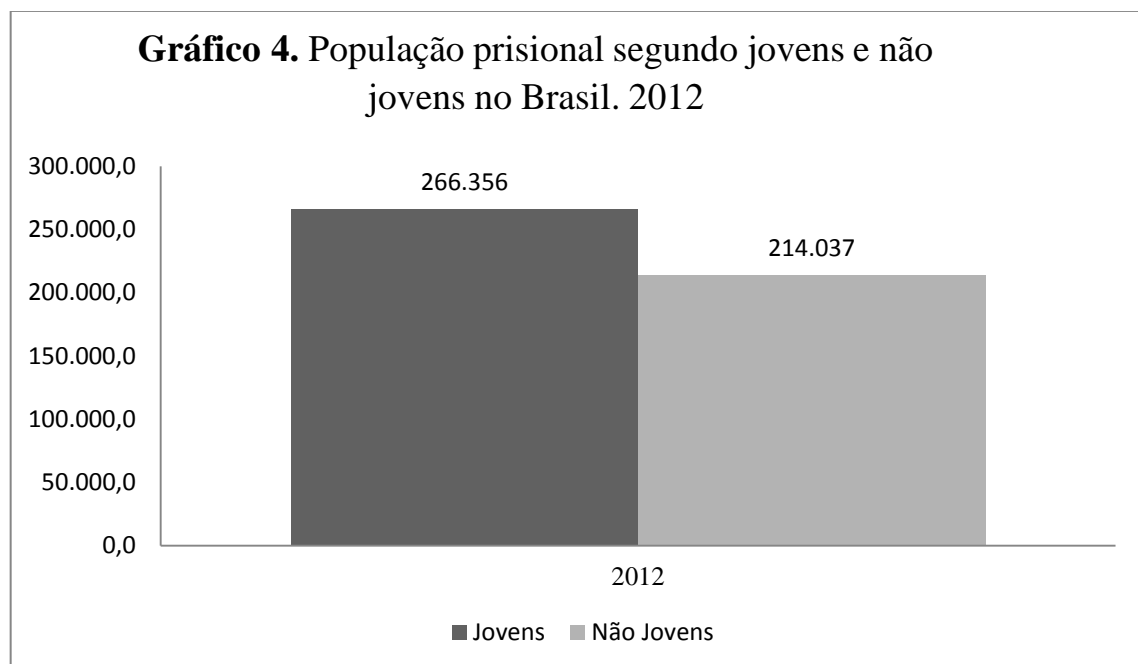
Fonte: InfoPen, dez./2014. PNAD, 2014.



Fonte: InfoPen, dez./2014. PNAD, 2014.

A barra mais escura, refere-se a faixa etária da população brasileira, enquanto que a barra mais clara, refere-se a faixa etária da população carcerária, no mesmo ano de

2014. Ao acompanhar os gráficos apresentados acima, percebe-se que a população brasileira entre 18 e 24 anos, encontra-se na segunda colocação em termos de quantidade, sabendo-se que a maior delas, é a idade que compreende de 35 anos para cima. Portanto, ao olhar para a faixa etária dos brasileiros presos no ano de 2014, segundos dados do InfoPen (Levantamento de informações penitenciárias, dezembro 2014), a maior faixa etária compreende entre 18 e 24 anos. O que sinaliza que mesmo em menor número os jovens de 18 até 24 anos, encontram-se em maior número na prisão. Esta prevalência do grande número de jovens presos, também é vista se procurada em alguns anos anteriores. No ano de 2012, encontra-se a população carcerária no Brasil, referente a jovens (que totalizam 266.356) e não jovens (somando 214.037), considerando jovens aqueles que tem de 18 até 24 anos. No entanto, se juntar de 18 até 29 anos, obtém-se mais da metade da população presa no Brasil – **56.08%**.



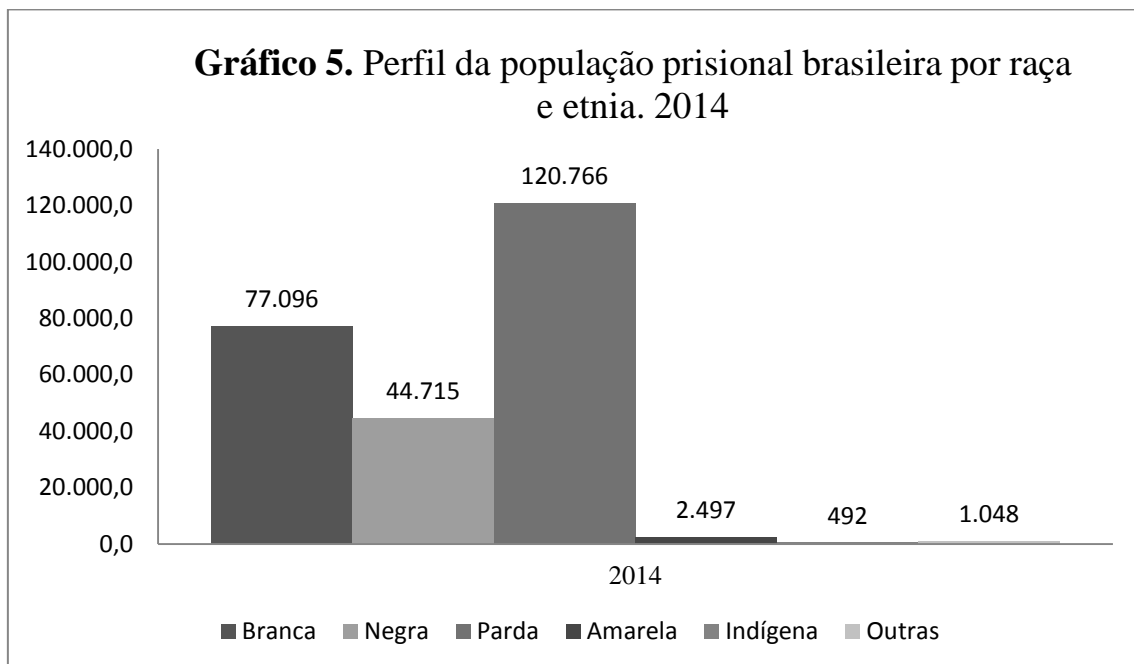
Fonte: InfoPen, 2015.

Percebe-se que a população prisional brasileira constitui-se, no ano de 2012, em grande parte por jovens. Eles se colocam com um número superior ao dos não jovens. Mas, vale lembrar que a população prisional, não é composta apenas por presos definitivos.

“No que tange a situação prisional dos presos brasileiros, 38% da população prisional no país é formada por presos provisórios, ou seja, pessoas que estão sob a custódia do Estado sem que tenham

sido julgadas. Outros 61% dos presos são condenados e 1% está sob medida de segurança (...)” (WASELFISZ, 2015, p. 27)

Existem aqueles que estão esperando seu julgamento, e por isso são presos provisórios (cerca de 40% da população prisional). Dentre estes presos, se faz importante acrescentar, que ele possuem um o perfil, étnico racial. Traçar este perfil se torna relevante para que se saiba quem são os sujeitos presos e a partir de então desenvolver análises sobre os referidos perfis, que serão trazidos a seguir.



Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referências:jun./2013 e jun./2014.

Então tem-se a divisão da população prisional por cor/raça como:

Branca - 31,3%

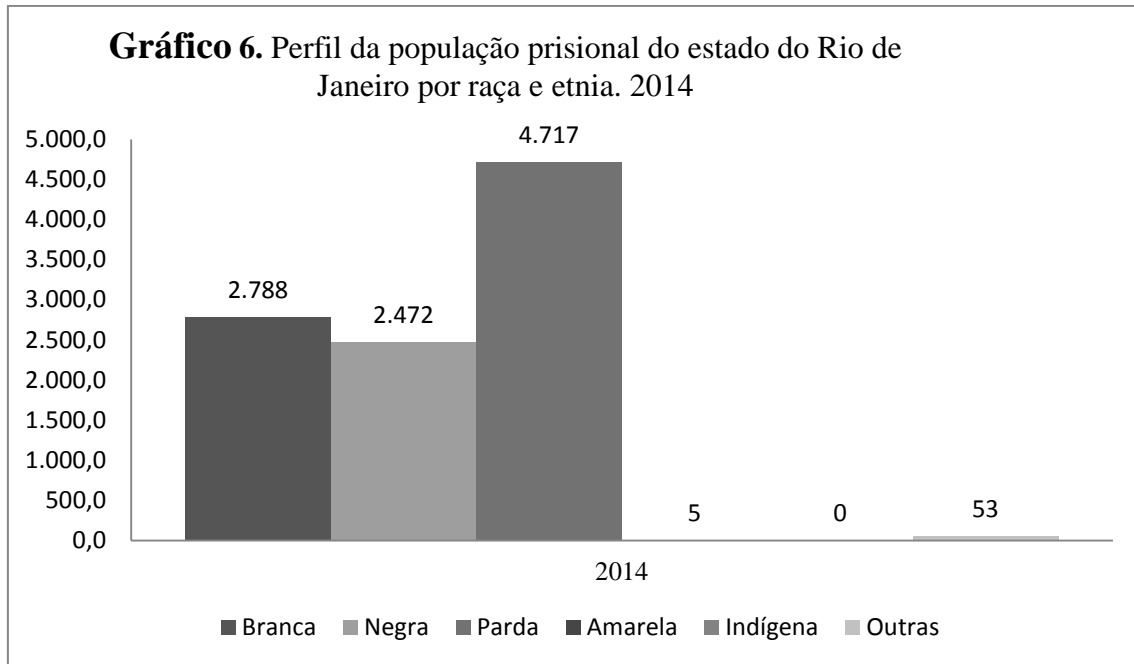
Negra - 18,1%

Parda - 49,0%

Amarela -1%

Indígena - 0,2%

Outras - 0,4%



Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referências: jun./2013 e jun./2014.

Branca - 27,8%

Negra - 24,6%

Parda - 47,0%

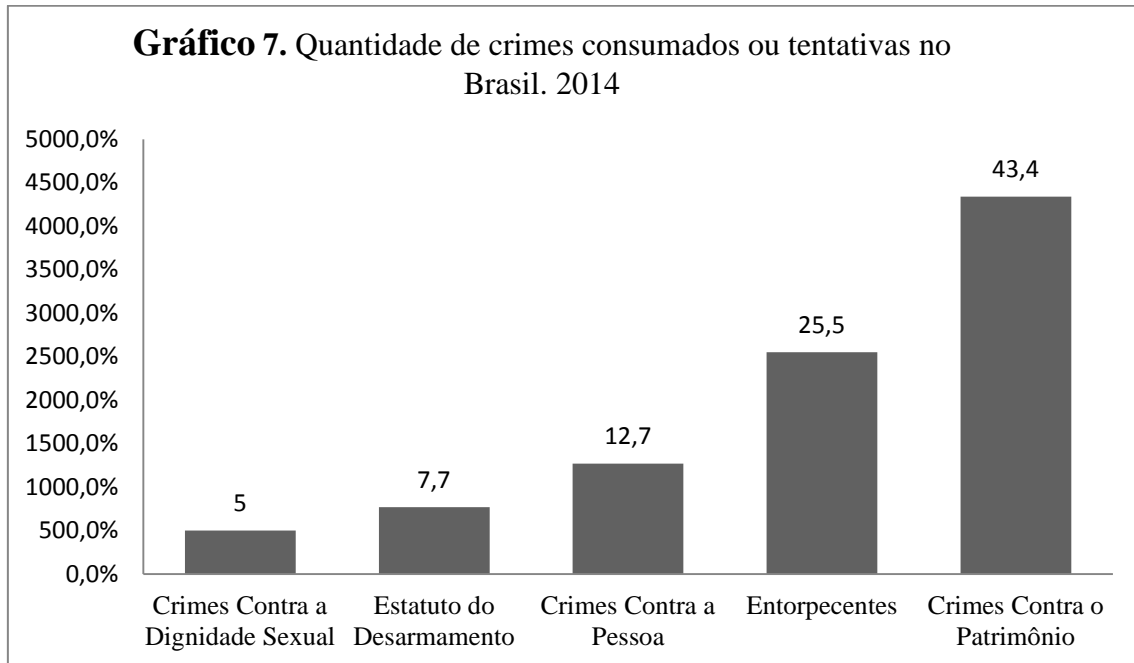
Amarela - 0,0%

Indígena - 0,0%

Outras - 0,5%

Grande parte da população prisional brasileira se considera parda, totalizando 49%, seguidos por brancos com 31,3% , após encontra-se aqueles que se auto classificam negros com 18,1%. Já no estado do Rio de Janeiro, a ordem das classificações étnico - raciais se mantém a mesma, no entanto, percebe-se menos disparidade na porcentagem de negros (24,6%) para brancos (27,8%), e para pardos (47%), o que demonstra um maior número de indivíduos negros na população carcerária fluminense. Porém a real maioria se classifica pardo tanto quando tratado a nível nacional como quando se observa apenas o estado do Rio de Janeiro. Portanto, tem-se até então, uma população carcerária no Brasil, de maioria parda e jovem.

O próximo gráfico, é inerente a quantidade de crimes que ficaram nas tentativas, ou que chegaram a ser consumados, para tanto, foram selecionados apenas aqueles que tinham o seu índice maior ou igual a 5%.



Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referências: jun./2014.

Nota-se o maior quantitativo para crimes contra o patrimônio, crimes estes que são encontrados no Código Penal (Decreto-Lei n.º 2,848, de 7 de dezembro de 1940) como: roubos, furtos, extorsão, dano, apropriação indébita, entre outros. Em seguida, entorpecentes, no que tange ao consumo e tráfico de drogas (Lei 11.343/2006). É interessante visualizar estas duas tipificações criminais como os maiores índices de crimes consumados ou de tentativas, uma vez que, para os policiais civis entrevistados na referida pesquisa monográfica, estes crimes estão inteiramente associados. Já que para os referidos policiais, o envolvimento com entorpecentes, abre caminho para o cometimento dos demais crimes, desta forma, para eles, o jovem inicia sua carreira no crime a partir do seu envolvimento com entorpecentes⁴.

⁴ “No Brasil, o mercado da droga está plenamente operante, ainda que as autoridades consigam apreender parte da carga circulante, conforme se deduz das estatísticas oficiais. Nos grandes centros urbanos, o negócio mais lucrativo é a distribuição das drogas aos consumidores, atividade que absorve grande parte dos excluídos do sistema econômico, ou seja, de trabalhadores informais à margem da atividade lícita.” (BOITEUX, VARGAS, BATISTA, PRADO, JAPIASSU, 2009, p.39).

2.2 INDICES SOBRE HOMICÍDIOS

Os gráficos a seguir trarão números pertinentes aos homicídios. Percebe-se, no Brasil, um grande quantitativo de mortes.

“Em 2014, em nenhum país do mundo, sem guerra declarada, mais seres humanos mataram outros seres humanos do que no Brasil. Quase 60.000 pessoas foram assassinadas em nosso país. Comparações à exaustão com guerras e tragédias (perdemos em 2014 o mesmo que os EUA em toda a Guerra do Vietnam) já foram feitas e, mesmo assim, não parecemos conseguir incluir o tema dos homicídios no centro da agenda política brasileira.” (ABRAMOVAY, 2015, p. 20).

Ocorrem, portanto, muitas mortes no país. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015), durante o ano de 2014, 53.240 pessoas foram vítimas de homicídio doloso, no mesmo ano, nota-se um alto número de homicídios dolosos no estado do Rio de Janeiro, que chega ao número de 4942, um quantitativo alto se comparado com outras unidades federativas como São Paulo, que no mesmo ano teve 4526 vítimas, sendo um estado maior e com uma população superior a do Rio de Janeiro.

Tabela 1. Homicídios dolosos, por número de vítimas e ocorrências no Brasil e no Rio de Janeiro - 2014

	Número absoluto de vítimas	Número absoluto de ocorrências
Brasil	53.240	51.035
Rio de Janeiro	4.942	4.610

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

Portanto, percebe-se o grande índice de homicídios dolosos no estado do Rio de Janeiro, então, vale acrescentar um comparativo entre diferentes regiões do estado.

Tabela 2. Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes nas regiões do estado Rio de Janeiro - 2014

	Ano	População	Taxa por 100 mil habitantes
Estado do Rio de Janeiro	2014	16.461.173	30,0
Município do Rio de Janeiro	2014	6.453.682	19,2
Baixada Fluminense	2014	3.733.142	52,7
Grande Niterói	2014	1.670.484	28,2
Interior RJ	2014	4.603.865	27,5

Fonte: Elaborado por ISP com base em informações da PCERJ e do IBGE, 2015.

Percebe-se que a capital, Rio de Janeiro, encontra-se com a menor taxa de homicídios por 100 mil habitantes, com a maior população das regiões citadas, só perdendo caso comparada com os números da população total do estado. Enquanto que a Baixada Fluminense tem a população bem reduzida em comparação com a capital e possui uma expressiva taxa de homicídios dolosos. Esta taxa inclusive se sobrepõe a taxa de todo o estado do Rio. Segundo dados fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública (2016), a Baixada Fluminense, possui uma série de índices, que se comparados a outras regiões do estado, são sempre muito elevadas, chegando a obter 61,7 homicídios por 100 mil habitantes no ano de 2003, enquanto que no mesmo ano a taxa do estado foi de 44,6 e a da capital encontrou-se com 43,0. Se acrescentar ainda ao homicídio doloso, crimes como: latrocínio (roubo seguido de morte), lesão corporal seguida de morte e homicídio advindo de resistência à intervenção policial, que juntos caracterizam o termo letalidade violenta, ainda encontra-se altas taxas na baixada fluminense.

Tabela 3. Taxa de letalidade violenta por 100 mil habitantes nas regiões do estado do Rio de Janeiro - 2014

	Ano	População	Taxa por 100 mil habitantes
Estado do Rio de Janeiro	2014	16.461.173	34,7
Município do Rio de Janeiro	2014	6.453.682	24,0
Baixada Fluminense	2014	3.733.142	59,4
Grande Niterói	2014	1.670.484	35,3
Interior RJ	2014	4.603.865	29,5

Fonte: Elaborado por ISP com base em informações da PCERJ e do IBGE, 2015.

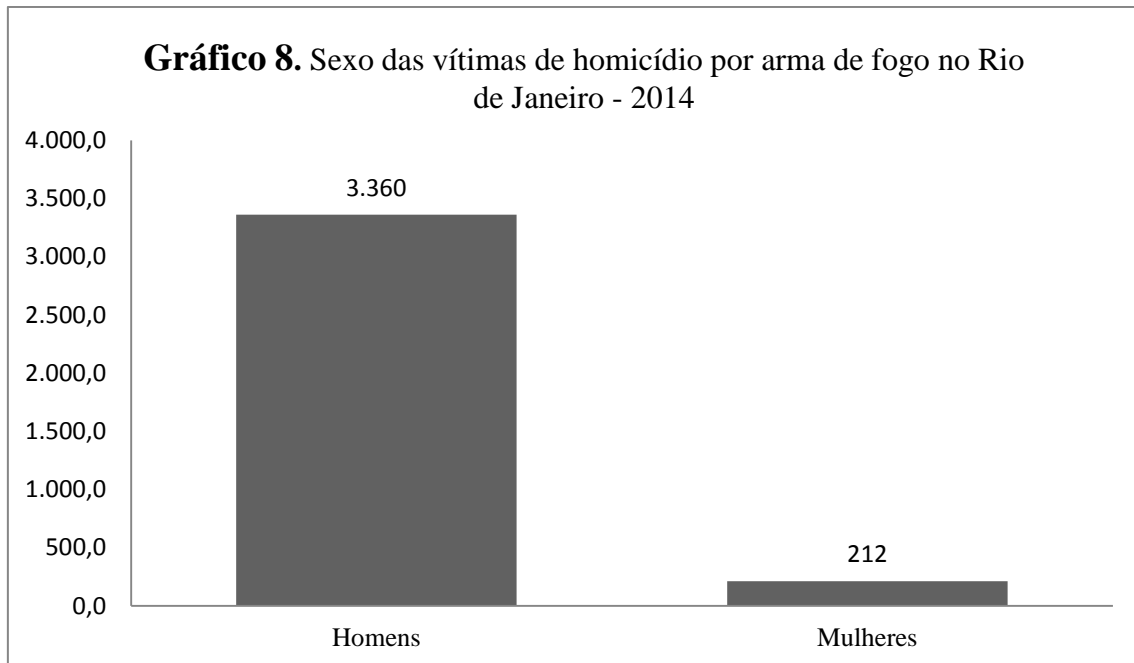
Novamente, a Baixada⁵, encontra-se com a taxa de letalidade violenta muito maior do que a taxa da capital. Sua taxa é maior que o dobro da capital e bem mais extensa que a do estado do Rio de Janeiro, com uma população extremamente maior. Percebe-se então o quanto os índices de letalidade violenta na Baixada Fluminense são altos se comparados com outras regiões do estado. Portanto, a Baixada Fluminense, local onde foi feita a pesquisa de campo da presente monografia, comporta os maiores números de mortes do Rio de Janeiro.

O perfil das vítimas de homicídio por armas de fogo é o que será levantado adiante. Gênero, idade e cor com maiores incidências, além do percentual de vitimização para acrescentar no presente mapeamento, baseado no Mapa da Violência 2016 – homicídio por armas de fogo no Brasil (Waiselfisz, 2016). No entanto, segundo o próprio autor, este perfil levantado, é limitado por conta da escassez dos dados.

Em relação ao sexo das vítimas é importante que se diga que a média nacional é quase que inteiramente composta pelo sexo masculino. Segundo o mapa supra citado (Waiselfisz, 2015) nos dados preliminares de 2014, encontra-se um

⁵ A Baixada Fluminense, possui a população inferior ao do município do Rio de Janeiro em termos de número de habitantes, no entanto, ainda assim, encontra-se com um índice maior de letalidade violenta.

percentual de 94,4 para a média nacional. O autor fala que existe uma homogeneidade referente a este dado, os números dos estados brasileiros oscilam todos entre 91% e 96%, para as vítimas de homicídio por armas de fogo do sexo masculino. Adiante dados referentes ao estado do Rio de Janeiro.



2014*: Dados Preliminares

Fonte: Processamento Mapa da Violência, Waiselfisz, 2015

Portanto, 94,1% das vítimas são homens no estado do Rio de Janeiro, percentual bem próximo da média nacional.

A partir de então, será levantado a faixa etária com maior incidência, já sabendo que a maior taxa é a de jovens (no mapa da violência, jovens são considerados aqueles que possuem entre 15 - 29 anos, portanto, momentaneamente, assim será considerada), segundo processamento do mapa da violência (Waiselfisz, 2016) nos números preliminares de 2014, as taxas de homicídio por armas de fogo no Brasil, apresentando o total de homicídios e apenas os de jovens. Desta maneira, 42.291 foi o número total de mortes por armas de fogo, enquanto para os jovens, o número foi de 25.255, totalizando um percentual de 59,7% de vitimização juvenil.

Tabela 4. Taxa de homicídio por arma de fogo por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro - 2014

< 1 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 59 anos	60 anos ou mais
2	54,9	18,7	2,5

.*2014: Dados Preliminares

Fonte: Processamento Mapa da Violência, Waiselfisz, 2015

Observa-se que assim como em todo o Brasil, no estado do Rio de Janeiro, o maior número de homicídio por arma de fogo se encontra entre indivíduos de 15 a 29 anos. O estado tem o segundo maior número da Região Sudeste, ficando atrás, apenas, do Espírito Santo, com 92,5 vítimas nesta faixa etária (Waiselfisz, 2015).

Os próximos números, referem-se a cor das vítimas de homicídio por armas de fogo. Desta vez, além de apresentar o ano de 2014, será traçado um paralelo com o ano de 2003, para que se perceba o aumento ou diminuição da vitimização dos indivíduos brancos ou negros.

Tabela 5. Número de homicídio por arma de fogo segundo cor, no Brasil e no estado do Rio de Janeiro - 2003 / 2014

	Branco		Negro	
	2003	2014	2003	2014
Brasil	13.224	9.766	20.291	29.813
Rio de Janeiro	2.145	966	3.905	2.512

*2014: dados preliminares

Fonte: Processamento Mapa da Violência, Waiselfisz, 2016.

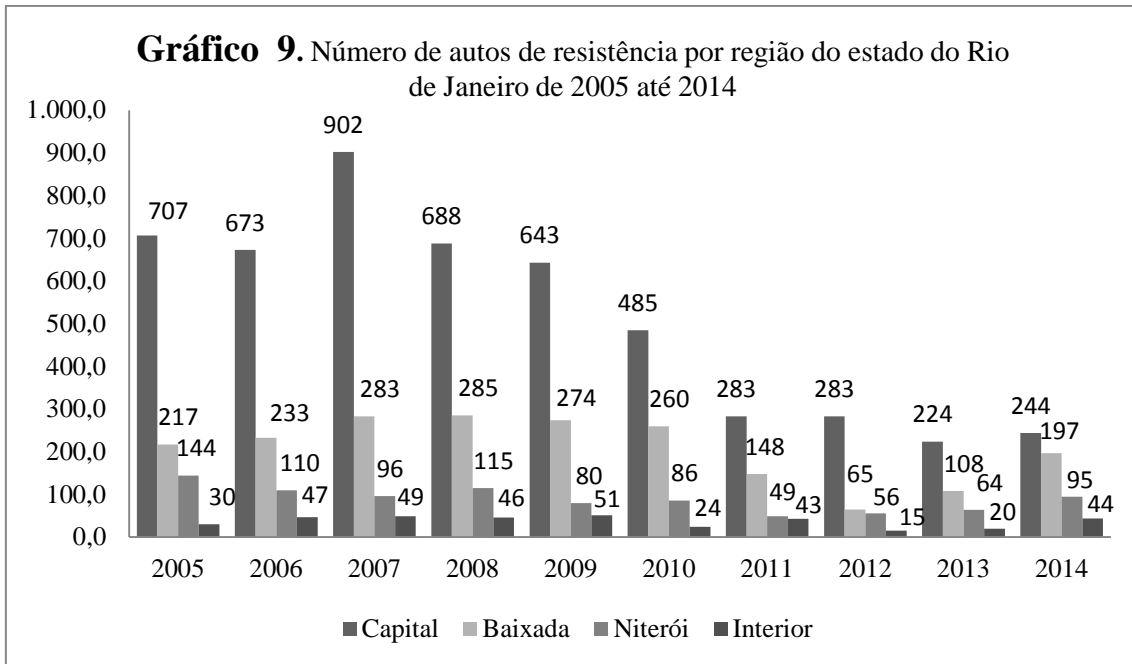
Nota-se, que no Brasil, de 2003 para 2014 o número de indivíduos brancos que sofreram homicídio por arma de fogo diminuiu, enquanto, comparando os mesmos anos o número de sujeitos negros que morreram no Brasil, nas mesmas condições

teve um crescimento significativo. Enquanto no Rio de Janeiro, comparando os dois anos, houve um decréscimo nos homicídios, para indivíduos de ambas as classificações de cor, brancos diminuíram em 48,7%, enquanto negros diminuíram 55,3%. Percebe-se que além do decréscimo, no geral, houve uma diminuição ainda maior das mortes de negros, acarretando na diminuição da vitimização dos negros no estado de 170,5% em 2013 para 135,6% em 2014. Porém, considerando os números nacionais, encontra-se um expressivo aumento na vitimização dos negros, que no ano de 2003, era de 71,7%, enquanto que no ano de 2014, o percentual foi para 158,9%, de acordo com o mapa da violência (Waiselfisz, 2016), vale lembrar que os dados do ano de 2014 são dados preliminares.

Apesar dos autos de resistência comporem a classificação, letalidade violenta, e por isso já terem sido incluídos nos dados citados acima, é relevante que ainda se traga alguns dados sobre estes homicídios decorrentes de intervenção policial, no estado do Rio de Janeiro, uma vez que:

“Em um período de 10 anos, entre 2005 e 2014, foram registrados no estado 8.466 ‘homicídios decorrentes de intervenção policial’, sendo 5.132 somente na capital. Embora tenha havido uma tendência de queda a partir de 2010, entre os anos 2013 e 2014 houve aumento de 39,4% do número de autos de resistência no estado, e de 9% na cidade do Rio de Janeiro.” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p.31).

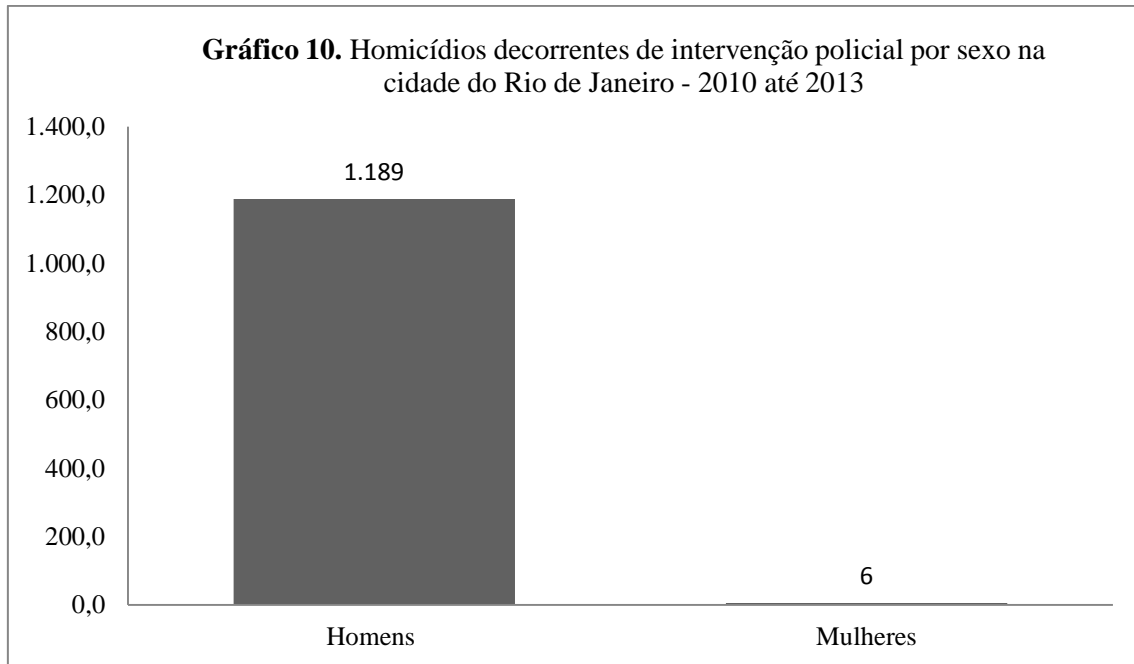
Estes 8.466 autos de resistência encontram-se distribuídos pelas regiões do estado do Rio de Janeiro.



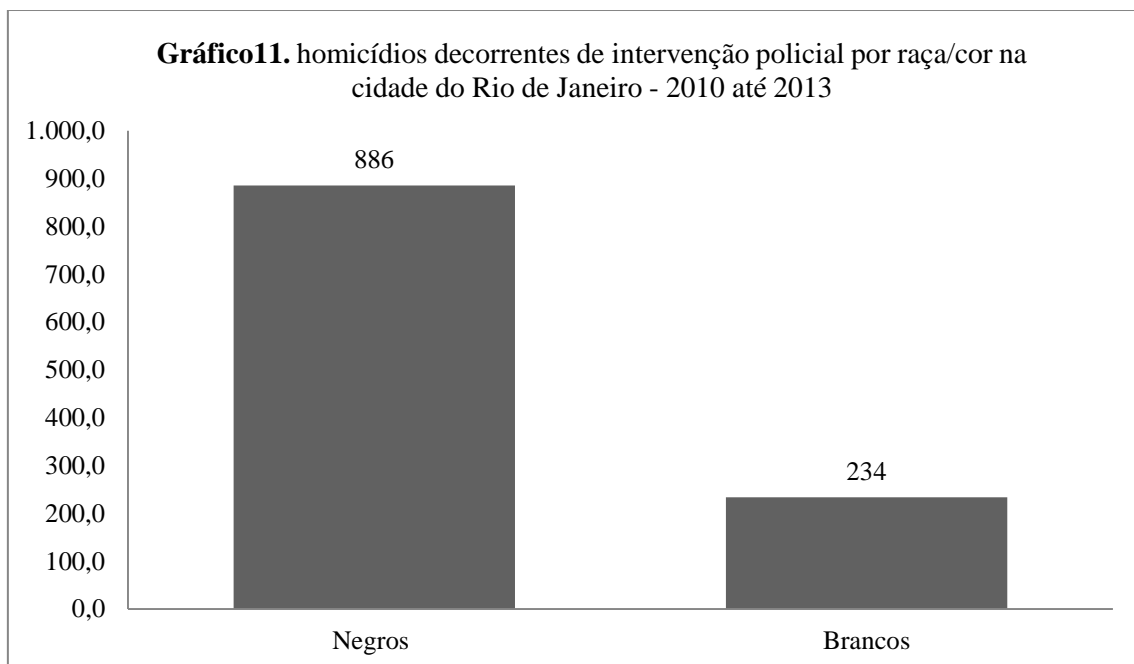
Fonte: Instituto de Segurança Pública - Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, 2015.

Se isolado, o ano de 2014 apresenta altos números de homicídios decorrentes de intervenção policial. Totalizando 580 autos de resistência. No entanto os índices são bem menores se comparados com o ano de 2007, que teve um montante de 1342 autos de resistência. Os números de homicídios decorrentes de intervenção policial se mantém altos no estado. Sendo a capital, Rio de Janeiro, a região com maior índice destes crimes.

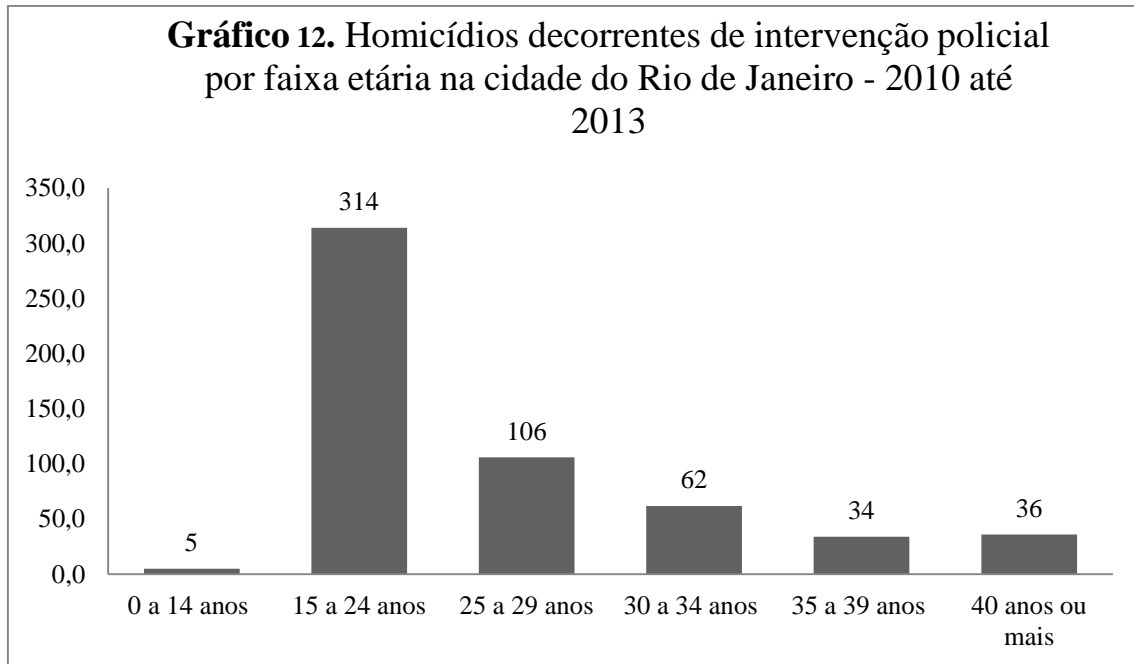
Isto posto, será traçado o perfil destas vítimas de autos de resistência na cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Instituto de Segurança Pública - Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, 2015.



Fonte: Instituto de Segurança Pública - Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, 2015.



Fonte: Instituto de Segurança Pública - Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, 2015.

Portanto, ao olhar os três últimos gráficos, facilmente encontra-se um perfil para os jovens que sofrem homicídios decorrentes de intervenções policiais. Dos indivíduos que foram mortos, 99,5% são homens, 79% são negros e 75% são jovens. Estes dados apontam para a intensa criminalização da juventude, principalmente negra. Na entrevista feita com policiais civis, para a presente monografia, diversas vezes o uso de drogas foi citado como responsável pelo ingresso dos jovens nas práticas consideradas criminosas. Desta forma, buscando legitimar a “Guerra às drogas”, justificando assim o elevado número de autos de resistência na cidade e no estado. Segundo a Anistia Internacional (2015, p. 32), esta lógica coloca em risco ainda a vida de diversos agentes da segurança pública, nos últimos 10 anos, cerca de 23 policiais foram mortos por ano em serviço, destes, a maioria pertenciam a Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Esta lógica de guerra, coloca agentes da segurança pública em risco, mas muito além disso, criminaliza periferias e mata jovens, homens e negros. Criminaliza a juventude e sua cultura.

“A única explicação razoável para essa epidemia de indiferença diante do horror é o fato de que os mortos são invisíveis. São quase todos pobres, são em grande parte negros e jovens. Nesse sentido, é fundamental que se consiga visibilizar o invisível, que se fure o bloqueio do silêncio cômodo frente a uma quantidade inaceitável de mortes.” (ABRAMOVAY, 2015, p. 20).

A quantidade de homicídio ocorridos no Brasil, no Rio de Janeiro e em suas regiões com maiores índices criminais: Capital e Baixada Fluminense, é por demais alarmante. No entanto, como supra citado, estes mortos são invisíveis. São jovens criminalizados por serem negros, moradores de periferias, historicamente marginalizadas e estigmatizadas.

Os jovens, principalmente aqueles que moram em periferias, são os maiores sujeitos (sujeição criminal) à vitimização criminal e policial. São os que mais sofrem com a letalidade violenta ao passo que são aqueles que mais são criminalizados. Como será tratado nos próximos capítulos, os jovens são a primeira opção de suspeita da polícia, que baseada em seu juízo de valor⁶, moldado pela sua formação e de acordo com seu senso comum, escolhe arbitrariamente quem ela tornará suspeito.

Esta juventude, morre em decorrência de intervenções policiais e sua morte fica impune, pois, mais uma vez se utiliza do discurso de guerra às drogas para legitimar a ostensividade com que procedem. Discurso este que na prática, passa longe de ser contra as drogas e se mostra contra a juventude pobre e principalmente negra.

⁶ Ainda que exista todo um manual para que seja levantada a suspeita, não levando em consideração a simples opinião do policial.

3. PESQUISA DE CAMPO – 48ª DELEGACIA DE POLÍCIA

3.1. COMO SE DEU A CHEGADA AO CAMPO

Adentrei na 48ª DP, esperando determinada resistência por parte dos agentes policiais, visto que existe tamanha distancia entre as carreiras profissionais. Para minha surpresa, os policiais foram por demasia prestativos, desde o momento que eu fui pedir apenas informações iniciais, de como dar entrada no campo, saber se precisaria de autorização, e como fazer para consegui-la, até o momento de pararem seus serviços para me darem entrevistas, me mostrarem o funcionamento de seus cargos e da delegacia como um todo.

Quando ainda levava documentos e esperava ser despachada a minha autorização, feita pelo delegado titular, para dar inicio as entrevistas, dois policia me ofereceram carona para voltar para casa. Deste modo, pude ouvir suas representações sobre o sistema prisional, que para eles, assim como para muitos dos agentes é um sistema falido. Me explicaram ainda o funcionamento e a estrutura de cargos dentro da delegacia. Relataram que a disposição dos cargos é feita de acordo com a necessidade de pessoal. Então, independente do cargo para que prestaram concurso, todos podem trabalhar nos cargos dentro da delegacia. Também me explicaram que a 48ª DP, é uma central de flagrantes. Ou seja, recebe os flagrantes dos municípios de Paracambi, Itaguaí, Queimados e Japeri, além do município de Seropédica. Este tipo de central, por receber flagrantes, conta 24 horas por dia com a presença de algum delegado. Além disso, dispõe do pessoal que trabalha por plantão e os que trabalham por expediente.

Neste período de espera pela autorização, levando documentos, conheci um policial que me explicou como funcionava os horários, os mais movimentados, mais calmos. Ele acompanhou meu processo até ser despachado, e ia me informando via whatsapp, ou pessoalmente, lá na delegacia. Não demorou muito tempo, meu pedido foi despachado pelo delegado titular, permitindo assim, a minha entrada na

delegacia, para coletar entrevistas e observar o trabalho dos policiais e a estrutura da DP.

Ao chegar para fazer as entrevistas, com um total de nove (9), logo pela manhã, pois fui informada que era um horário mais calmo, onde os policiais poderiam me dar mais atenção. Comecei a falar seguidamente com diferentes agentes, que prontamente, me indicaram aos demais que poderiam me interessar, além de falarem entre si para virem ser entrevistados por mim. De fato, a receptividade deles me surpreendeu. Alguns me mostraram e me explicaram, claro, dentro das possibilidades como fazem para chegar em investigações, que pelo informado, tem um ciclo de cerca de um ano para ser concluído. Ao me mostrar o espaço da DP, Fabrício⁷, um dos policiais entrevistados, me perguntou se eu gostaria de conhecer o espaço onde estavam dispostas as celas. Porém, salientou que tinha três (3) presos lá dentro, aguardando para serem levados para Bangu. Eu, prontamente, não hesitei em aceitar conhecer as dependências onde se encontravam as celas. Meu objetivo naquele momento, era guardar na mente o máximo de informação possível a respeito daquele ambiente. Então, observei que a DP dispõe de duas celas, pequenas, com uma espécie de mictório no chão, uma grade horizontal no alto das celas. Quando possível, eles separam homens e mulheres, mas nem sempre, pela quantidade de pessoas que foram presas. Sobre a alimentação, Fabrício relatou que o estado manda verba para a alimentação dos presos, que recebem almoço, janta, e sobre o café da manhã, Fabrício não sabia dizer com precisão se eles recebem ou não. Quando a DP, por algum motivo não recebe a verba, os policiais entram em contato com a família, que é autorizada a levar alimentação para os presos.

Já tinha encerrado as entrevistas e estava indo embora, quando na porta, um policial me abordou, perguntando se eu era aluna da Rural. Quando eu disse que sim, ele me respondeu dizendo odiar os alunos da Rural. Odiava por eles julgarem o trabalho da polícia sem conhecer, falou que não tem boas experiências com alunos da Rural, e disse ser muito bom a minha ida até a delegacia, para que eu pudesse ter contato com a realidade deles, e ver o trabalho que eles desenvolvem.

⁷ Todos os nomes dos agentes citados se tratam de nomes fictícios.

3.2. QUEM SÃO OS JOVENS ENVOLVIDOS COM ILICITUDES EM SEROPÉDICA E NA BAIXADA FLUMINENSE DE MODO GERAL, SEGUNDO OS POLICIAIS CIVIS DA 48ª DELEGACIA POLICIAL DO MUNICIPIO DE SEROPEDICA

Foi desenvolvido um roteiro de perguntas que, encontra-se em anexo. Estas perguntas foram feitas para nove policiais civis, que se dividem entre os cargos de investigador, inspetor, oficial de cartório, além do delegado. Seu tempo de carreira na polícia civil varia de dois meses até vinte e sete anos. As respostas foram separadas pelos assuntos à serem discutidos adiante.

3.2.1. ENVOLVIMENTO, TIPIFICAÇÃO, FATORES E PERFIS QUE OS POLICIAIS CIVIS ATRIBUEM AOS CRIMES MAIS COMETIDOS EM SEROPÉDICA E NA BAIXADA FLUMINENSE

Os policiais, de maneira mais geral, constantemente relacionam o uso de drogas ao cometimento de atos infracionais. Para eles, os jovens tem um grande envolvimento com crimes, tendo como porta de entrada para o “mundo do crime⁸”, o uso de drogas ilícitas. Criminalizam a utilização de “entorpecentes” e selecionam, através da ficha criminal, fonte de renda, local de moradia entre outros, aqueles que serão punidos por este crime (Zaccone, 2006). Esta seleção contribui ainda mais para a criminalização e desumanização da juventude pobre e negra no Rio de Janeiro.

Sobre o grau de envolvimento e a tipificação dos crimes que os jovens mais cometem, e fatores que podem ser atribuídos a estas ações, os policiais civis deram as seguintes opiniões:

“Olha, realmente eu acho que é a maioria eu acho até, dos flagrantes, por exemplo, que tem aqui, envolve jovens mesmo. A maioria, dos procedimentos que a gente pega são jovens, então são bastante envolvidos mesmo. Infelizmente. Os crimes mais corriqueiros, ameaça tem também, e tráfico né?! Mas é tráfico mais naquela questão do radinho né, que a gente chama, mais assim mesmo, mais aqueles que a gente diz soldadinho do tráfico.”
(Entrevista com a agente Luciana)

⁸ Expressão constantemente usada pelos policiais civis entrevistados.

“Eu acho que a faixa aí tá uns 70%, eu acredito, bem mais da metade, acredito. Em sua maioria no crime de drogas, tá bom? Ou como usuário ou até no tráfico mesmo.”

(Entrevista com o agente Lucas)

“(...) Acho que o jovem deve ser mais de 60% né, a grande maioria, mais de 65%, o jovens principalmente homens. E essa faixa etária principalmente né, por que eu acho que a ideia de maior a inconsequência né, e quando não tem muita noção de perigo não tem muita vontade, e eu acho aqui não tem muita atração né, não sei se tem muita atração pros jovens, não tem muita coisa pra fazer, e isso comina que eles são, acredito eu que seja um dos fatores pra que eles sejam seduzidos para o crime né, pra criminalidade. Furto, roubo, né e infelizmente é o que mais tem né, furto, roubo, é... Aí na sequência, vem estupro né, associação ao tráfico, grande maioria acredito eu, que seja isso, maior incidência.” (Entrevista com a agente Patrícia)

Existem alguns agentes policiais, que diferente destes, acreditam,, que o grau de envolvimento de jovens com o crime em Seropédica ultimamente está baixo. No entanto, permanece a unanimidade, que, a nível de Baixada Fluminense, os jovens são em grande parte envolvidos com atos ilícitos.

“Bom, aqui em Seropédica, ultimamente não tem tido muito crime não. Entendeu? Tá [sic] bem tranquilo, não sei se por que a milícia aí a gente tá sabendo que tem avançado.” (Entrevista com o agente Fabrício)

“Aqui em Seropédica até que não tem muita incidência, mas como nós somos central de flagrantes, a gente recebe os flagrantes de outras quatro delegacias além da nossa. O que a gente vê na maioria, é tráfico e roubo. Isso aí sem dúvida nenhuma.” (Entrevista com o agente Cláudio)

Ao citar as variáveis que poderiam atribuir ao cometimento de tais crimes pelos jovens, os policiais fizeram questão de salientar a ideia de que “nada justifica cometer um crime, mas...” então davam continuidade a sua fala.

“Eu acho que esses fatores estão atribulados [sic] a milhões de coisas né, a gente não pode determinar uma, acho que nada justifica enfim, mas se você olhar pra baixada né, é bem complicado, é uma realidade totalmente diferente, tem lugares aqui que parece que é tudo esquecido, que ninguém vê, então não sei se isso pode influenciar alguma coisa mas, ‘po’ os caras tão [sic] isolados do mundo, não tem nada se você olhar aí por dentro, a própria Seropédica mesmo... parece que são dois Rios de Janeiro totalmente diferentes, totalmente diferente entendeu?! Então essa, falta de organização, essa ausência do estado ali parece que influencia um pouco assim não tem escola não tem educação, não tem nada, a Baixada é complicada.” (Entrevista com o agente Paulo)

“Como eu te falei, muita gente diz: ah! Porque são pessoas carentes que moram na favela, que não tiveram oportunidades e ‘nanana’... Se você for pensar assim, 100% daquela comunidade deveria ser traficante. Entendeu? Então por que que há um desvio? Por quê que 10% são marginais e os 90 não? Entendeu? Então eu acho que isso passa por uma questão mais de personalidade mesmo, e outro fator que, não sei qual é a sua opinião acerca disso, mas droga. Tudo passa pelo consumo de droga. As vezes é até uma pessoa, tal tal [sic], mas começa a consumir droga, começa viver num ambiente diferente, por que quem consome a droga vai comprar droga, acaba se misturando, convivendo com os traficantes, acaba se envolvendo com aquele meio e quando vê já tá dentro. Por que consegue a droga fácil, as vezes não tem dinheiro pra comprar droga e aí ta [sic] ali! Se você trabalhar, ficar ali com o radinho só pra avisar quando a polícia chega, ‘ce’ vai ganhar tanto. Aí ali ele já consegue a droga dele.” (Entrevista com o agente Cláudio)

O grupo de policiais entrevistado, falou ainda se, na sua opinião, há diferença entre crimes cometidos por jovens com idade mais nova e jovens com idades mais avançadas.

“É então, a faixa etária que você falou que tá trabalhando, de 15 a 24 anos mais ou menos, é uma faixa etária que em regra os crimes são mais violentos. Mesmo no tráfico os crimes são mais violentos, o roubo é mais violento. A partir dos 25 anos, o cara já tá assim, um pouco mais maduro, ele começa a cometer crimes menos violentos, pra se expor a um risco menor, né, e assim gradativamente. Até chegar uma faixa etária que é dos 50 em tesse, que é onde começa assim, o fraudador, o estelionatário, né, aí se fosse fazer um estudo, né, percentual, da margem criminal, essa faixa etária que vc trabalha, são os crimes mais violentos.” (Entrevista com o agente Pedro)

“Ah tem. Assim, são responsabilidades diferentes, ninguém vai dar um fuzil na mão de uma criança, de 15, 16 anos. Não vai dar, então o mais velho, tende a prender em circunstancias mais complicadas, mas o crime que eles cometem é o mesmo. E hoje em dia o jovem mais novinho tá ficando até mais valente que o mais velho.” (Entrevista com o agente Cláudio)

“Cara, vou te falar, eu acho que não nos crimes, mas no modo de execução criminosa, porque os crimes, tráfico de drogas você tem infelizmente em qualquer idade, mas a maneira com que ela é, ele é feito né, com que ele é conduzido, furto, é geralmente ele tem um emprego maior de violência por que tem mais hormônio, e os outros são mais cautelosos né, os mais velhos, os mais novos são mais inconsequentes, dão resultado tipo latrocínio assim, descamba, acaba virando um crime progressivo né, é uma progressão criminosa, ele acaba progredindo pelo âmbito de apresentar pros outros o resultado. Mais danoso aí acaba sendo mais inconsequente e já os mais velhos, acredito que já querem mais o furto, o fruto daquele crime né. No caso do tráfico ele quer mais o dinheiro, no caso do furto, ele não vai tanto ao dano físico a pessoa, e sim o bem

que ele pode extrair disso, então acredito eu que, no requinte da execução criminosa e não no crime propriamente dito.” (Entrevista com a agente Patrícia)

Percebe-se uma constância na fala dos agentes a respeito de haver uma valentia inerente aos jovens, ao cometerem ações tidas como criminosas. No entanto, não se pode atribuir suas atitudes unicamente a uma possível valentia. Deve-se questionar se esta chamada valentia é real, ou apenas permeia o imaginário policial, ficando explícito nos seus discursos, que por conseguinte pode permear o imaginário popular.

Quando foi pedido que os agentes comparassem e dissessem se o perfil de crimes cometidos por jovens em Seropédica, e nos outros municípios da Baixada Fluminense, eram parecidos, ou não, falou-se:

Sim. Aqui Seropédica, das cidades que a gente trabalha da Baixada, é a segunda menos perigosa. Mas todas elas, nós trabalhamos com Itaguaí, Paracambi, Queimados e Japeri, a maior incidência de crime nessas áreas é o tráfico seguido de roubo, né. Em tese assim, tem muito tráfico e o tráfico ele gera o roubo, por que em tese é o usuário que rouba. A maior parte das vezes, entendeu? (Entrevista com o agente Pedro)

Bem, o que se pode observar nesta primeira seção, que objetiva trazer as primeiras representações dos agentes policiais sobre jovens que cometem delitos em Seropédica e na Baixada, diz respeito, aos tipos de crimes com maior incidência, ao grau de envolvimento juvenil, possíveis atribuições e perfis criminais em comparativo.

Percebe-se que roubos, furtos e estupros aparecem com bastante frequência nas falas dos agentes, roubo e furto ainda mais. Quando comparam os índices percebidos em Seropédica com os índices da Baixada Fluminense de modo geral, os policiais atribuem os piores índices a outros municípios da Baixada, como podemos perceber na seguinte fala de Paulo:

“Aqui eu vejo muito menor é envolvidos com o crime, quando eles vem detidos pra cá. Mas da região de Seropédica, eu não vejo muita gente, mais de outras regiões da Baixada. Aqui eu não consigo ter essa informação. Aqui de Seropédica eu não vejo, mas são mais pessoas dali de trás do Guandu , Baixada propriamente, Queimados, Nova Iguaçu, nessa favelinha daqui de trás do Guandu, que já é Nova Iguaçu, mas aqui de Seropédica eu não tenho esses dados pra te dar. Crime em si, não vejo. Quando vem roubar aqui são essas pessoas, parte de trás ali da Lagoinha. Tem muito roubo aqui, mas aí

é essa questão de Nova Iguaçu, a favela aqui, tal de Grão Pará né, Lagoinha. E quando vem os flagrantes grandes, apreensões, a maioria vem de outros lugares da Baixada. Aqui é central né, pega quatro delegacias.” (Entrevista com o agente Paulo)

Desta forma, alguns atribuem a chegada da milícia para a região de Seropédica, como uma forma de controlar os crimes cometidos pelos jovens. No entanto, não falaram de nada que comprove se de fato este pode ser um fator que reduza os índices. São apenas percepções dos mesmos.

“A milícia tenta resolver. Por que eles não querem que tenha roubo na região, não que tenha tráfico de drogas, então, eles se levantam, um grupo que a gente tá tentando identificar ainda, que eles fazem a justiça pelas próprias mãos. Pra evitar que tenha roubo na cidade, evitar que tenha tráfico de drogas, eles acabam eliminando esses que procuram cometer crimes né!” (Entrevista com o agente Fabrício)

Não se pode deixar de notar que para os policiais civis entrevistados, os crimes mais citados foram todos ligados ao tráfico de drogas. O que remete aos dizeres de Zacccone:

“No Brasil, a ‘guerra contra as drogas’ é o carro chefe da criminalização da pobreza, através dos discursos de lei e ordem disseminados pelo pânico. Bala perdida, roubo de veículos, queima de ônibus e até comércio de produtos por camelôs são diferentes práticas ilícitas imputadas aos “traficantes”, que passam a constituir ‘uma categoria fantasmática, uma categoria policial que migrou para academia, para o jornalismo, para a psicologia e que não tem cara, não é mais humana. É uma coisa do mal.’” (ZACCONE, 2006, p.189)

Para os agentes, o tráfico funciona como uma porta de entrada para o mundo do crime. Percebe-se que eles atribuem esta porta de entrada a diversos motivos, como na entrevista de Vinícius, dizendo que os jovens dão início a sua carreira criminosa, por conta da ausência de possibilidades, de perspectivas de vida, onde eles precisam ver suas necessidades atendidas e por isso acabam procurando formas de ganhar dinheiro através do tráfico, seja para atender a necessidade de alimentação básica, ou de acessórios como boné, ou roupas, tênis. Muitos atribuíram a entrada da juventude no cometimento de atos ilícitos, à família mal estruturada. Para os agentes, o fato da família nuclear não conter pai, mãe e filhos, caracteriza-se em uma família desestruturada, o jovem mora com o pai e por vezes com a madrasta, que já pode ser a segunda ou terceira. Ainda existem aqueles que moram com a avó, se distanciando assim, dos padrões de família organizada e estruturada que

vigoram no contexto de sociedade conservadora. Ademais os que atribuem o cometimento de ilicitudes a outros fatores como, educação e situação sócio econômica precária. Segundo os agentes, o perfil dos jovens que dão entrada na delegacia por cometerem infrações, é de jovens com um grau muito baixo de escolaridade, e jovens oriundos de famílias em condições financeiras muito limitadas. São jovens do sexo masculino, pobres, com o ensino fundamental concluído, quando muito, os que mais adentram a delegacia. Ao responder sobre o perfil sócio econômico e grau de formação, Roberto disse o seguinte:

“Baixíssimo, baixíssimo. Até a terceira série, quinta série no máximo e com uma grande dificuldade de escrita, grande dificuldade. Quando os familiares vem até a delegacia você vê que, você percebe né, as vezes quando é uma determinação, é um jovem, um adolescente é apreendido, não só o jovem como o maior também, você liga pra algum contato que ele te fornece pra poder informar: olha ele se encontra aqui, preso em flagrante e tal, no caso aí o jovem apreendido e as vezes você escuta do familiar: oh! Não posso ir aí porque eu não tenho dinheiro, não tenho nenhum tipo de condução pra me levar. Então você vê, você pode perceber a condição financeira é muito baixa.” (Entrevista com o agente Roberto)

Falando ainda das razões atribuídas ao cometimento de ilicitudes, existe a percepção de que o poder empregado ao jovem na favela quando se obtém determinados bens, o instiga e lhe promove “status”. Como Pedro salientou.

“Na favela ele vê o traficante como um símbolo né, as meninas da favela dão mole pro traficante e tudo isso é sedutor, ele usa roupa de marca, coisa e tal, ele não percebe ele vive naquele mundo isolado que ele não pode sair dali. E aquilo se torna sedutor, ele quer ser o chefe do tráfico e aí ele acaba começando como radinho depois passa pra vapor que é quem vende a droga e assim vai buscando o espaço dele dentro da hierarquia do tráfico.” (Entrevista com o agente Pedro)

O que se percebe em todas as falas e não se pode deixar passar, é o fato do tráfico de drogas ser um elemento fundamental para a carreira criminal de um jovens. Faz parte do senso comum dos agentes policiais a ideia de que o uso de drogas é a porta de entrada para o que eles chamam de mundo do crime. A partir do momento em que torna-se usuário, o jovem tem a forte tendência de ir avançando na progressão criminal. É por não ter dinheiro para comprar drogas que a juventude começa a cometer pequenos delitos, como furtos, roubos a transeuntes, tornam-se

radinhos⁹, a partir daí eles vão progredindo. Os roubos progridem para latrocínios, conseguem a posição de traficantes e desta forma vão construindo a sua carreira criminal. Sempre dando início com o uso de drogas, visando sempre ter mais prestígio e *status* no meio em que se encontra. Esta é uma opinião muito bem formada pelos policiais.

Segundo Alba Zaluar: o ethos guerreiro do jovem em conflito com a lei, no tráfico, passa pela construção de uma identidade de força, visibilidade e um status de masculinidade. (Zaluar, 2007)

“Eu acho que é o crime, de da, a droga é a porta para os crimes tendeu? O jovem entra nesse mundo do crime, pela minha percepção, pelas drogas. Ele começa como usuário, precisa é sustentar esse vício, que que vai fazer? Furtar, roubar, tendeu? Então a droga é o caminho.” (Entrevista com o agente Lucas)

“E eu acho que tudo começa pela droga. Eu queria até começar a fazer um estudo aqui na delegacia, em tanto tempo, todo mundo que foi preso, chegar: como é que você começou isso? Um questionário com cada preso que chega: como é que você entrou? Você tava [sic] passando fome? Tenho certeza que a resposta vai ser não. Começou com o uso de droga.” (Entrevista com o agente Cláudio)

3.2.2 HOMICÍDIOS EM SEROPÉDICA E EM OUTROS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE: INCIDÊNCIAS, VARIÁVEIS, MOTIVAÇÕES IMPUTADAS PELOS POLICIAIS

Sobre a incidência de homicídios de jovens em Seropédica, os agentes responderam ter pouco conhecimento sobre mortes de jovens no município. Isto pode estar atribuído ao fato dos casos de homicídios serem levados diretamente à DHBF (Divisão de Homicídio da Baixada Fluminense), ou de fato existem poucos casos na região. Isto, não tiveram como afirmar. Mas ao falar de outros municípios da Baixada Fluminense, todos afirmam haver um número bem maior de homicídios de jovens.

“Aqui a incidência de jovem aqui é pouca. Nós temos poucos homicídios, desde que nós chegamos aqui, eu não lembro de

⁹ São aqueles indivíduos que observam a movimentação dentro da comunidade e avisam para os seus superiores, aqueles que se encontram dentro da boca de fumo, qualquer movimentação diferente, ou aproximação policial.

nenhum assassinato de jovem. Sempre pessoas de, pessoas mais velhas. Nós estamos aqui desde março. De março pra cá, eu não me lembro de assassinato de jovens.” (Entrevista com o agente Cláudio)

A razão dos homicídios na percepção dos agentes é o que será exposto adiante, unida ainda, com algumas representações sobre estas razões e variáveis que são atribuídas aos homicídios de jovens. Porém, não apenas de Seropédica, mas alguns dos agentes abrangeram em suas falas, a Baixada Fluminense como um todo.

“Eu acredito que seja justiça pelas próprias mãos né, que a milícia tenta resolver. Por que eles não querem que tenha roubo na região, não que tenha tráfico de drogas, então, eles se levantam, um grupo que a gente tá tentando identificar ainda, que eles fazem a justiça pelas próprias mãos. Pra evitar que tenha roubo na cidade, evitar que tenha tráfico de drogas, eles acabam eliminando esses que procuram cometer crimes né! (Entrevista com o agente Fabrício) (Grifo nosso¹⁰)

“(…) Quando você assume o risco de estar dentro de uma favela, armado, e enfrentar a polícia, você assume o risco de que? De levar um tiro. Por mais que digam que a polícia isso, que a polícia entra atirando, não acredito. (...) Eu tenho plena certeza que a maioria não é morte pelo confronto com a polícia. **A maioria é entre eles mesmo. É disputa entre eles mesmos, desavenças. Por tomada de território, um quer tomar o território do outro,** foi um que não podia ir por causa do outro, uma volta que um deu no outro. São conflitos entre quadrilhas, dentro da própria quadrilha, acerto de contas.” (Entrevista com o agente Cláudio) (Grifo nosso¹¹)

Conclui-se, a partir dos discursos dos policiais civis de Seropédica, que os homicídios de jovens no município não tem expressão, principalmente se comparado a outros municípios da Baixada. De nove opiniões ouvidas, sete disseram não haver homicídios em Seropédica. Apenas uma, disse haver um índice considerável de homicídios no município, atribuindo à ação agressiva e intolerante da milícia. Que, por não quererem crimes em sua região de domínio, matam aqueles que o cometem, além dos homicídios daqueles que de alguma forma vão de encontro as suas leis. Um agente, disse não ter noção. Portanto, encontra-se um montante bem maior de agentes que acreditam ter números muito pequenos de homicídios.

¹⁰ Na fala deste agente, nota-se, que em sua percepção, a milícia tem um papel de limpeza, onde garante de algum modo que delitos não sejam cometidos, o que pode gerar sensação de segurança para a comunidade local. A milícia não permite que sua área de domínio tenha crimes, então na opinião dos agentes policiais, agem como justiceiros.

¹¹ O policial civil entrevistado, ao falar destes conflitos, se refere a disputas de territórios, por traficantes. Não se trata, nesta fala, da agência de milícias. Mas de jovens que morrem em conflitos internos, como tomada de territórios.

Porém, dos homicídios que ocorrem, os agentes relacionam as razões a diversos elementos como o envolvimento com entorpecentes, justiça pelas próprias mãos por parte da milícia, desavenças e conflitos internos, com outros jovens que disputam poder, território e outros confrontos. Sobre a atuação policial através de operações, falaram muito pouco. Não atribuem as mortes de jovens a intervenções policiais e tão pouco citam os autos de resistência como causas dos homicídios.

Ao falar sobre fatores que envolvem as mortes juvenis, determinado policial vai em defesa de sua instituição policial justificando o uso da força muitas vezes desnecessária e abusiva por parte da polícia.

“A maioria não é nem pelo confronto com a polícia. Eu fiz um curso de direitos humanos pela polícia, em que uma das perguntas era: ‘o que os órgãos internacionais de direitos humanos acrescentam no Brasil?’ Eu falei: nada! Falei: a polícia do Rio de Janeiro ela tinha que ensinar direitos humanos pra todo mundo. Ah! Mas como assim? É a polícia que mais mata! Aí vou te dar um exemplo, eu tenho amigos que trabalham, a gente trabalha mais com investigação mas outros amigos que trabalham mais na ponta, na na, a gente tem a CORE que é nosso braço operacional pra quando a gente precisa. Faz a investigação, vai prender num local que não dá pra entrar com uma viatura comum, precisa de uma equipe preparada: é a CORE. Só vai quando é chamada numa operação que não dá pra policial comum entrar. Ele me disse uma vez, ele falou assim: ‘cara todo dia que eu to de serviço eu saio pra trocar tiro. Todos os dias que eu to de serviço eu saio pra trocar tiro’. Então você imagina uma polícia, to dando só um exemplo, de uma equipe da CORE, aí você pega todos os batalhões de polícia do Rio de Janeiro, todas as equipes especializadas: CORE, BOPE, CHOQUE, enfim, todos eles. Você pega todo esse pessoal, aí você imagina que exista quantas trocas de tiro só no Rio de Janeiro? .. Nós temos 365 dias no ano, vamos imaginar que até uma troca de tiro só por dia. Então nós temos 365 trocas de tiro por ano, no mínimo. Quantas notícias aparecem na televisão de uma fatalidade que houve um tiro mal dado, um policial que acertou uma vítima, as vezes a gente nem sabe quem deu... Qual foi a ultima vez que você viu? É raro, qualquer profissional erra. Médico erra. É a polícia que mais mata mas também é a que mais morre. Mas em lugar nenhum no mundo você vê ninguém de fuzil. Aliás, só onde tem guerra. Qual é a outra cidade que usa modelo de direitos humanos? Não, porque lá, funciona. Aí a resposta que eu dei no curso foi que: não tinha nada a acrescentar por que a gente dá aula, justamente por isso por que a gente vive sob estresse, como se fosse uma guerra, a gente vive hoje uma guerra. Por que ninguém no mundo faz o que a gente faz. Qualquer outra polícia se colocar no lugar da polícia militar do Rio de Janeiro, da polícia civil, não vão dar conta. Vão precisar de anos, pra se adaptar a nossa realidade.”
(Entrevista com o agente Cláudio)

3.2.3 ÍNDICE DE REINCIDÊNCIA - O “ENXUGAR GELO”, PARA OS AGENTES POLICIAIS

Qual a percepção dos policiais civis sobre o número de passagens que os jovens em conflito com a lei possuem:

“Então, a reincidência nessa faixa etária é muito grande. na faixa etária de 15 a 18 anos, ela ainda é maior né, eu tive nesse ano que ainda não acabou, a gente efetuou a prisão do mesmo menor 3 vezes no ano. Por que a sociedade critica muito a policia, só que ela não vê é que o trabalho que tá sendo mal executado é no judiciário. A gente diz que agente enxuga gelo a gente prende, e com menos de um mês, até mesmo o traficante maior de idade, ou ladrão maior de idade ele é posto de volta a rua. Ai ele volta à rua, ele volta a cometer crime, e se torna um ciclo vicioso. Porque o que acontece? A prisão pode ser feita pela policia civil ou pela PM, ai tem vários casos que levam a prisão, mandado de prisão, crime em flagrante, dentre outras situações. Ai, no caso do procedimento como é que ele corre? Chega aqui, é feita a prisão, essa prisão é encaminhada pro juiz, pra ele ver a legalidade da prisão, né, a gente toma os maiores cuidados possíveis né pra poder, fazer tudo dentro dos parâmetros legais pra poder a sociedade ficar livre daquele margi [sic], daquele suje [sic], daquela pessoa que vive a margem da lei e apesar de ser tudo dentro dos padrões coisa e tal, a nossa justiça ela tem uma cultura, não sei por quê motivo de beneficiar muito o marginal. E ai acaba que a pena dele é exaurida muito rápido e ai ele é posto no convívio da sociedade muito rápido e a maior parte das vezes não deu tempo nem dele pensar nas besteiras que ele fez.” (Entrevista com o agente Pedro)

“Uma boa parte dele, né, uma boa parte deles, já tiveram passagens anteriores, né. Por que eles sabem, eles vão ser apreendidos agora daqui há, amanhã, daqui há dois dias já estão na rua, os que tem mais de 18 anos saem quase que com a mesma rapidez que os outros, então eles já sabem que tão sendo apreendidos ou presos e que vão ser soltos daqui há 2, 3 dias e que vão voltar a delinquir, e vão voltar pra cá de novo e fica esse ciclo, não é? O que eu quero dizer pra você? O policial acaba se sentindo, como se estivesse enxugando gelo, percebe? É essa a grande dificuldade que se vive hoje.” (Entrevista com o agente Vícius)

Este grande índice de reincidência é a mostra, para o policial, de que o trabalho dele não traz os resultados que a sociedade espera. Que na opinião deles, é punibilidade de indivíduos que cometem delitos. No entanto, a garantia desta punição, que no caso se trata do individuo permanecer preso, não cabe aos policiais. Por isso, eles se sentem impotentes neste âmbito e culpam a Justiça, e o Estado de modo geral por eles “Enxugarem gelo”. Expressão utilizada pelos agentes para nomear o ciclo de impunidade que ocorre quando uma pessoa é presa e em seguida é posta

novamente às ruas. Não pagando pelo crime que cometeu, então, os policiais prendem, a justiça solta, fazendo com que o trabalho da polícia seja um grande “enxugar gelo”. Desta forma, o número de reincidentes se torna cada vez maior. Nesse sentido, a policial afirma que a reincidência é na maioria dos casos:

“A grande maioria né. O crime geralmente chega a ser é se acostuma, já acredita que isso é normal, a grande maioria já não é a primeira passagem ou se passou já, já tem uma incidência delituosa muito grande, quando chega aqui já tá habituado já, no mundo do crime. Infelizmente.” (Entrevista com a agente Patrícia)

3.2.4. MEDIDAS QUE OS POLICIAIS ACREDITAM SEREM POSSÍVEIS PARA REDUZIR O ÍNDICE DE CRIMES COMETIDOS POR JOVENS

Ao serem perguntados se eles acreditam que alguma medida poderia ser implementada para redução criminal entre os jovens, os agentes deram as seguintes respostas:

“Presença do Estado. Com programas, assistência à família. O que a gente vê, são famílias desestruturadas, partidas, desagregadas e pelo que eu vejo não há um programa não há um trabalho em cima disso, tudo começa na família. Se o Estado não entrar nessas comunidades, se o Estado não se fizer presente, a gente fica enxugando gelo. Você combate o efeito, nunca a causa né? Nós vivemos aqui numa política de se combater o efeito, se combate o efeito é entrando lá, é invadindo a comunidade, prendendo traficante, detendo usuário, isso é o efeito, é combater o efeito. E qual a causa disso? Já falei pra você anteriormente: é a omissão do Estado como um todo, seja ele federal, estadual, municipal, na vida das pessoas, nas famílias.” (Entrevista com o agente Lucas)

“Tu perguntar isso prum [sic] policial no Brasil é meio complicado né. Tenho a uma opinião muito bem formada sobre isso. Mas o que as pessoas querem ouvir é que a saída tá na educação, na saúde, e bá bá e Pererê [sic]. Mas acho que ninguém tá preocupado com isso, mas é outra discussão. Enfim, eu tenho a opinião formada e acho que não vai... Porque aqui não tem, a opinião formada que eu tenho é que aqui no Brasil não tem mais saída, ninguém tá preocupado em fazer nada entendeu? Todo mundo sabe que tem que investir em saúde, em educação e tal, mas ninguém tá preocupado com isso então a gente fica trabalhando pra combater e vai virando um ciclo que não acaba, que não acaba e que não vai acabar. Ai você pensa em aumentar a pena, não sabe também se vai dar certo. No Brasil só daqui há 300 anos sei lá, pra ser otimista! Não tem mais jeito não.” (Entrevista com o agente Paulo)

“Eu acho que tudo passa... primeiro a impunidade, hoje em dia, ainda mais com essas audiências de custódia aí conheço um caso de um jovem que foi preso com 14 kg de maconha, foi pra audiência de custódia no dia seguinte tava na rua. E aí que que passa pra um jovem desse: ah! To na rua! Posso fazer que não vai acontecer nada. Impunidade. A segunda, droga! Sou radicalmente contra as drogas. Acho que quem consome deveria sofrer uma sanção maior porque é ele que fomenta a indústria. O cara que hoje anda com um fuzil pra roubar na rua ele conseguiu essa arma lá no tráfico. Esse negócio de ah se legalizar reduz porque a.. mentira! Por que querem legalizar a maconha e a cocaína que é o que mais se consome no Brasil e o craque e outros? Eu não digo nem prisão por que se não você vai lotar um sistema que já está em colapso. Mas adotar sanções pra inibir o consumo, entendeu?” (Entrevista com o agente Cláudio)

“É nós precisamos de políticas públicas, né, no campo sócio econômico, políticas públicas na área social, nós precisamos ter os olhos voltados para a questão da educação, a educação é prioridade, todo mundo vai falar isto né, mas não só educação, infraestrutura, uma série de questões que foram abandonadas pelo poder público que resulta, que tem reflexo direto na questão da segurança pública. Não é? Precisamos, é imperioso que se volte o olhar pra isso. Se eu quero reverter esse quadro que nós vivemos hoje, a gente precisa imediatamente começar a se pensar nisso, né? Como criar um sistema de educação em que o jovem fique mais tempo na escola, e que a gente possa dar outras ocupações pra ele, dar outras opções pra eles, que eles possam ser absorvidos pelo mercado de trabalho, pra isso, eu preciso qualifica-los, pra que eles entrem no mercado de trabalho precisa ter qualificação, se a gente não dá qualificação alguma, como é que eu vou, como é que o mercado de trabalho vai absorver essa mão de obra, então, não tendo isto, o adolescente, o jovem ele fica sem outra opção e a opção dele é ir para o crime, então não tem jeito, então tá cada vez pior. Eu to [sic] falando aqui mas isso é muito claro, eu não sei porque as pessoas fingem que não vêem. Como eu já to [sic] com 60 anos, já to [sic] me aposentando já posso falar certas coisas.” (Entrevista com o agente Vinícius)

Salvo uma fala dizendo não ter saída para que se reduza o índice de crimes cometidos por jovens, todas as outras se remetem ao Estado como responsável por medidas. A presença do Estado seja através de incentivos para os jovens trabalharem perto de casa, seja com políticas públicas voltadas a educação e programas sociais. A ação do Estado também é vista em medidas para aumentar as sanções, visando inibir o uso das drogas, já que para os policiais, como já falado, esta é a porta de entrada do crime. Além de aumentar a punibilidade, para que a sensação que os indivíduos tem de que não sofrerão nenhum dano, possa diminuir. Então percebe-se, como os policiais entendem a ação do Estado como

imprescindível e urgente, para que se reduza tamanhos índices criminais entre os jovens.

3.2.5 CRIMINALIZAÇÃO DOS JOVENS POBRES

Os policiais falaram sobre sua opinião no que tange a estigmatização da juventude pobre. Foi perguntado aos agentes se eles acreditam que existe esta criminalização e estigmatização, e se existe, a causa da mesma.

“É. Eu acho que são criminalizados sim, por que é hábito da sociedade quando passa próximo de uma comunidade, se sentir mais insegura, e quando tá na Zona Sul da cidade, ela achar que tá num lugar melhor por que ela alí tem um pessoal de um poderio aquisitivo maior, né. Então você acaba rotulando o jovem da favela. Mas também acho que isso não é justificativa pra ele cometer crime. Da mesma forma que eu já fiz prisão na zona sul do Rio, eu já fiz prisão em lugares horríveis do Rio, e pelo mesmo crime, entendeu, então, não tem um padrão social. É situação mais de caráter do que de família e educação. É, boa parte dessa visão se dá por que a mídia em geral, ela já cria o rótulo para aquele local. **A nossa sociedade criou um padrão étnico racial do criminoso né, em tese ele é o jovem, negro, pobre, que mora na favela e a maior parte da concentração de moradores da favela, é jovem e negro. E aí quando você se depara com aquela pessoa, que vive numa condição social, financeira ruim, ela em tese tem uma feição mais ruim, mais feia [sic], e aí você associa aquela feição feia ao crime e com isso você cria um rótulo, um preconceito com quem mora ali.** Mas isso daí foi a mídia que foi criando, as novelas, com o tempo, os filmes, difícil você ver o bandido da favela ser um jovem loiro, de olho azul, da zona sul da cidade. Entendeu?” (Entrevista com agente Pedro) (Grifo nosso)

“Olha, é, por certo e isso é uma coisa natural, se você tiver num ônibus né, numa condução e entrarem adolescentes com determinado estereótipo, você vai se preocupar. Se você estiver conduzindo o seu carro e vem um grupo de adolescentes de lá pra cá, numa determinada situação, você vai se preocupar. Então eu acho que a sua pergunta foi nesse sentido. Eles são estereotipados, são. Claro que são estereotipados, e penso até que é uma defesa da própria pessoa, não é por preconceito, não é bem isto. Mas a gente acaba estereotipando, as pessoas acabam estereotipando. Por conta de como eu falei da defesa da própria pessoa. Entendeu? As pessoas acabam estereotipando acabam achando que todos os adolescentes daquela situação ou todos os adolescentes em determinada comunidade é envolvido com o crime, quando na verdade a gente sabe que não é né? Então há sim, um certo preconceito, há. Há um estereótipo, certamente, não pode negar isso. Você tá fazendo um trabalho de pesquisa e não vai ser eu que

vou contar história pra você. Entendeu?” (Entrevista com o agente Vinícius)

Interessante perceber como para os agentes, há estigmatização da juventude pobre, mas, por conta de elementos que se bem analisados, são intrínsecos a ela mesma. Então a juventude é criminalizada, mas, por causa de atributos que caracterizam estes jovens. Sua aparência física parecida com o padrão étnico racial socialmente construído. Ou, ainda quando se fala que a criminalização advém do medo, claramente, é direcionado a determinado tipo de pessoa que causa a sensação de medo.

No Brasil, a taxa de homicídios de jovens é bem maior do que a taxa de homicídios das outras faixas etárias, seja mais velha, ou mais nova (WAISELFISZ, 2015). Além disso, sabe-se que os homicídios na Baixada Fluminense apresentam um grande índice. A partir de dados fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública, o ISP, no ano de 2014 a taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes em Seropédica era de 84. Motivada por tal estatística, iniciei a presente pesquisa visando focar nos homicídios ocorridos no município. Surpreendi-me, no entanto, quando ao falar de homicídios, os policiais civis, relataram haver números tão baixos, ou nenhum registro de homicídio. Até mesmo, pelo fato de Seropédica se encontrar na mesma Região de Áreas integradas de Segurança Pública (RISP/AISP), que os municípios de Itaguaí, Paracambi, Queimados e Japeri. Formando uma área integrada, dentre outras áreas, separadas pelo Instituto de Segurança Pública.

Segundo o ISP, se comparar o primeiro trimestre do ano de 2016, com o mesmo período do ano de 2015, os delitos de letalidade violenta de 2016, são bem maiores. Totalizando janeiro, fevereiro e março de 2015, 79 casos enquanto que o mesmo trimestre de 2016, conta com o número 96 crimes. Deve-se considerar que os índices não são particulares dos municípios, e sim, o somatório deles. Incluindo o município de Seropédica, onde segundo a maior parte os agentes policiais, ocorre pouquíssimos homicídios. Além de se levar em consideração, o fato que os próprios policiais citaram, de que existe uma Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense, tendo a possibilidade dos casos de homicídios, serem levados diretamente para esta, não passando pelo conhecimento deles, como os demais delitos e principalmente flagrantes, sendo a 48ª uma central de flagrantes. O que

faria então, com que estes casos de homicídio, realmente, não chegassem ao conhecimento destes policiais.

Nas falas dos agentes policiais citadas anteriormente, encontra-se, com facilidade os mesmos falando sobre as ações do Estado, que deveria ser mais presente, principalmente através de políticas públicas, programas sociais, investindo em programas de estágios, cursos, para prevenir que os jovens comecem a cometer crimes. Os policiais tem a consciência de que a polícia é consequência, quando ao longo da vida do jovem algo deu errado¹², ele comete um delito e então entra a polícia. A ação policial então, é consequência de alguma medida preventiva que não foi bem sucedida em alguma área na vida do jovem, permitindo então que este cometa atos ilícitos. Porém, como para os agentes, estas medidas preventivas não acontecem na realidade, eles combatem sempre o efeito causado por esta ausência do Estado.

Desta forma, como o Estado sempre deixa esta lacuna, os jovens acabam cometendo atos ilícitos, segundo a visão dos policiais. Então estes, indicam sempre o uso de drogas como sendo culpado pela progressão criminal na carreira dos jovens. Os policiais tem um discurso muito bem formado de guerra às drogas, eles culpam o uso de entorpecentes por todo o caos na segurança pública. Desta forma, culpabilizando o tráfico, se legitima toda a lógica de guerra às drogas, com um grande investimento em armamento e operações demasiadamente violentas e abusivas. Guerra essa que não é contra o uso de drogas, a verdadeira guerra do Estado se torna contra a juventude majoritariamente negra, pobre e criminalizada historicamente pela grande parcela da sociedade, mas também pelos próprios discursos dos policiais reforçando os estereótipos que já existem. Quem são os jovens que sofrem homicídios na visão dos agentes da segurança pública que foram entrevistados? Sofrem homicídio, os jovens que adentraram “o mundo do crime,” como os próprios agentes o chamam. Morrem em conflitos internos por territórios, e poder. Morrem os jovens que desde sempre são criminalizados, e que por falta de oportunidade, família mal estruturada, com perfil sócio econômico muito precário e com grande índice de evasão escolar. Também, sofrem homicídio, os jovens que

¹² Deve ser levado em consideração que esta pode não ser o único contato de um jovem com a polícia. Muitos destes jovens, crescem em áreas onde a polícia militar tem uma ação ostensiva, gerando medo e criando uma relação por vezes conflituosa com a juventude.

não tem caráter, uma vez que, na visão de muitos policiais, é o caráter que define quem o jovem vai ser, e não, as condições externas, já que nenhuma variável, para os agentes, justifica a adesão do jovem no mundo do crime.

4. A relação Polícia e Juventudes, segundo a perspectiva dos jovens

4.1. A ABORDAGEM POLICIAL

A abordagem policial se configura uma forma de interação entre sociedade civil e Estado. Esta é uma relação estabelecida diretamente entre o policial e o cidadão abordado. “As abordagens policiais constituem interações sociais rotineiras entre o cidadão e o policial, que podem traduzir de certa forma as relações complexas entre a sociedade civil e o Estado” (SILVA, 2009, p. 7). No entanto, ao fazer a abordagem, o policial, é garantido pela legislação do Código de Processo Penal para julgar subjetivamente o sujeito que deve abordar ou não. A isto, é dado o nome de “Discrecionalidade”, uma determinada liberdade para que o administrador público aja de acordo com o que julgar conveniente e oportuno diante das diversas situações. (Trad, 2016).

Desta forma, os policiais detêm liberdade de escolherem aqueles cidadãos que querem revistar. Ao fazerem esta escolha, os policiais usam critérios por eles estabelecidos. Segundo o Manual de abordagem e revista a pessoas, de Cláudio Armando Ferraz (2008) a abordagem é feita para isolar e conter a pessoa encontrada com evidências seguras ou em fundada suspeita, para que ela não possa causar nenhum dano ao policial e nem à sociedade. A fundada suspeita, de acordo com o manual de abordagem e revista a pessoas¹³, não pode ser baseada na mera opinião do policial, e sim em elementos concretos que indiquem a necessidade da revista, para que arbitrariedades sejam evitadas.

“A abordagem policial consiste em um procedimento complexo, que se constitui de duas dimensões interdependentes entre si, a saber: a técnico-operacional e a subjetiva – discrecionalária. A primeira, que é formada pelos componentes relativos à técnica policial propriamente dita, se sobressai no discurso dos policiais militares. A segunda, composta por valores e concepções sociais classificatórias que

¹³ Produzido por uma parceria do Instituto de Segurança Pública, com a Secretaria do Estado de Segurança, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e a União Européia.

norteiam a definição do perfil do suspeito, ganha relevo no discurso dos jovens sobre o procedimento.” (TRAD, 2016, p. 66)

4.2. ABORDAGEM POLICIAL E JUVENTUDE

Silvia Ramos e Leonarda Musumeci em seu livro: “Elemento Suspeito abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro” tinham como objetivo, conhecer quais as experiências da população carioca no que tange as abordagens policiais quando postos em contextos de abordagem policial ou de blitz, as autoras queriam compreender variações nestas experiências de acordo com diversos segmentos sociais e ainda como que estas experiências afetavam suas percepções sobre o trabalho do policial. Ainda tinham como um segundo objetivo, conhecer quais os critérios e métodos, e possível filtragem social e racial na definição daqueles indivíduos que seriam tornados elementos suspeitos, ou seja, quais pessoas teriam mais probabilidade de serem abordadas pelos policiais militares. Desenvolveram métodos quantitativos e qualitativos. Entre estes, grupos focais, com adolescentes e jovens universitários, de diferentes regiões da cidade do Rio de Janeiro.

“Nas experiências relatadas pelos participantes dos grupos focais, ‘juventude’ se combina com características que afetam a probabilidade e a qualidade de uma abordagem policial.” (RAMOS e MUSUMECI, 2005, p. 76)

Então, diferente do que o Código de Processo Penal (1987) diz sobre a fundada suspeita, os policiais usam o termo: “elemento suspeito” como jargão (RAMOS e MUSUMECI, 2005), acionam seus dispositivos e suas representações sociais a respeito dos indivíduos que por eles se tornam suspeitos, estes dispositivos incluem de maneira quase que necessária ser jovem, visto que, segundo a polícia, a juventude, abarca a possibilidade de delitos e por isso são criminosos em potencial. Mesmo porque para os policiais, diversos símbolos identitários de determinada cultura juvenil, são considerados como elementos essenciais para tornar alguém suspeito.

“O tipo ideal do indivíduo suspeito, o peba, é a figura de um homem, pobre, jovem, com tatuagem/brincos e negro que traja roupas folgadas (bermudão e camisa com número nas costas e, geralmente, do grupo musical RACIONAIS MC’s) com boné. Geralmente essas vestes são usadas por pessoas que se identificam com o movimento do Hip Hop. Nessa lógica, o tipo ideal da vítima ou de um indivíduo não-suspeito é a figura da mulher, branca, idosa, trajando roupas que

estão dentro do esperado para uma senhora (saias longas, camisas com mangas, sem maquiagem ou com maquiagem discretas, entre outros).” (SILVA, 2009, p. 98)

“Peba”, é explicado pela tese de mestrado de Gilvan Gomes da Silva, 2006, como aqueles indivíduos que tem o “tipo ideal do individuo suspeito”, estes indivíduos são chamados deste modo pela Policia Militar do Distrito Federal, como o mesmo explicou na citação acima. Portanto a polícia tem muito bem delimitada em seu senso comum, quais sujeitos devem ser abordados, quais sujeitos ela tornará suspeito, É importante que se saliente de tal modo que a polícia torna os indivíduos suspeitos, já que preliminarmente, eles não o são.

Desta forma, cria-se uma relação conflituosa entre policiais e jovens.

“Na visão dos jovens, entretanto, emergem outras facetas da percepção sobre a abordagem policial, a exemplo de representações acerca deste procedimento policial como principal elo entre segmentos pobres da juventude pobre, o Estado e seus agentes em bairros periféricos dos grandes centros urbanos, figurando como um dos dispositivos de controle social em ‘espaços de suspeição’”. (TRAD, 2016, p. 54)

Os jovens produzem representações sociais acerca das abordagens policiais, compreendem como um dispositivo de controle social da vida urbana, visto que, as investidas policiais são o elo, a relação entre o Estado e os segmentos da juventude, principalmente, da juventude periférica. Surge o conflito entre os jovens e a polícia. Os jovens rotineiramente são abordados nas ruas de maneira hostil e sem justificativa. Claramente a relação de jovens negros e pobres com a polícia, é uma relação conflituosa e de insegurança. Porém, jovens de classe média/alta, também passam por situações constrangedoras com a polícia, levando-os a terem uma relação de desconfiança e de tensões com a instituição policial. Ainda nos grupos focais, Ramos e Musumeci:

“Em todos os grupos, concluiu-se que ambos são suspeitos, embora por diferentes motivos: um jovem negro e pobre andando a pé em um bairro de classe média é visto pela polícia como provável assaltante ou traficante, tornando-se candidato a uma abordagem violenta, enquanto um jovem branco com aparência de classe média, em um carro, dentro ou próximo de uma favela, é visto como possível usuário adquirindo drogas e torna-se candidato à extorsão.” (RAMOS e MUSUMECI, 2005, p. 76)

A cor da pele do jovem é mais um elemento para que ele se torne suspeito. De acordo com Ramos e Musumeci (2005), existe uma expressão que seria mais um jargão utilizado pelos policiais militares para se referirem a suspeitos pretos ou pardos. “Elemento suspeito de cor padrão”, esta expressão mostra como ser negro implica em e foram descrevendo verbalmente como seriam os indivíduos suspeitos que as autoras chamam de “típicos”, seis dos oito desenhos e comentários encontram-se no livro. Destes, seis, cinco são descritos como homens negros, o outro desenho é uma mulher, porém não entraram no mérito da cor ou raça da mesma. Para as autoras, a cor dos indivíduos, foi identificada como característica irreduzível nas percepções dos jovens quando se fala da seletividade na abordagem policial. Seletividade esta, que vai de encontro com o artigo A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais (Jacqueline Sinhoretto, 2014), fala sobre a existência da filtragem racial na abordagem policial, salientando a ausência de neutralidade nos mecanismos de escolha.

“(…) ‘Ser negro’ aparece no topo da hierarquia das condições consideradas mais suspeitas nos dois grupos de universitários, tanto de negros como no multirracial.” (RAMOS e MUSUMECI, 2005, p. 82)

Para os jovens, segundo Ramos e Musumeci (2005), mais importante do que a cor ou a raça do próprio policial, é a cultura da corporação com a qual se identificam, de modo que, não importa se o policial é branco ou negro, o “elemento suspeito de cor padrão” sempre vai ser o jovem negro.

“Para os jovens entrevistados, a abordagem policial assume no cotidiano das interações entre policiais militares e jovens habitantes das periferias urbanas, feições de constrangimentos rotineiros decorrentes da posição social de suspeito e da proximidade simbólica que o procedimento os coloca em relação ao universo do ‘vagabundo’.” (TRAD, 2016,p.57)

As percepções que os jovens desenvolvem dos policiais passam pela esfera da insatisfação pelo modo como são tratados, mas vai além. Os jovens não confiam na polícia. “Dizem que por ela não se sentem protegidos, que a relação entre eles é “péssima”, que eles a “odeiam”, e acusam os policiais de serem grosseiros, agressivos, violentos e deles receberem maus-tratos.” (Andrade, 2007, p. 209). Além disso, os jovens entendem que os policiais sempre permanecem impunes diante dos maus tratos e crimes cometidos. O abuso de poder ocorre e o policial se mantém

ileso, acarretando na revolta do jovem para com a instituição policial.(Andrade, 2007).

“Como disse, os policiais são acusados de extorquir, durante as revistas, dinheiro e uma série de objetos dos jovens. Esta situação está articulada, em alguns casos, à “forja de flagrante” de drogas. Em outros casos, os policiais são chamados de ladrões e drogados, exatamente porque tomam as drogas dos jovens para consumo próprio.” (ANDRADE, 2007, p.237)

Os jovens acusam os policiais de extorsão, sendo um tipo de gangue institucionalizada, que se une ao tráfico de drogas por vezes e seguem impunes. Seguem criminalizando, praticando maus tratos e executando jovens deliberadamente apoiados impunidade garantida pela sua Instituição e pelo Estado. A relação polícia-juventudes, portanto, se dá em sua maioria, através de abordagens policiais, sendo esta, uma das principais comunicações entre o Estado e este segmento de pessoas. Porém, a Instituição policial, desde a preparação de seus servidores, tem um senso comum com dispositivos que são acionados ao abordarem um indivíduo nas ruas. Todavia, estes dispositivos tornam jovens suspeitos, alguns mais do que outros. Jovem, homem, pobre e negro, é o tipo ideal do elemento suspeito. Toda esta hostilidade, impunidade por parte da polícia gera no jovem uma falta de confiança grande na Instituição policial. Ademais, faz com que os jovens vejam os policiais como gangue, baseado nos crimes que a polícia comete e permanece sem a devida punição. Os jovens temem sofrer ou por maus tratos ou por extorsão tamanha desconfiança na relação com a polícia.

5- CONCLUSAO

A partir de salientada a necessidade de se compreender juventude como uma categoria composta por tantas outras, caracterizando-se então, um lócus com uma pluralidade de significados, foi feita a análise sobre a criminalização da juventude. Porém não se trata de qualquer jovem, e sim da juventude periférica de maioria negra que não tem suas necessidades atendidas, seus direitos respeitados, fazendo então com que se questione que tipo de cidadania estes jovens dispõem, uma vez que, a mesma não é respeitada. Estes jovens, que muitas são marginalizados e criminalizados não passam por isso apenas nos dias atuais, visto que historicamente, os negros foram marginalizados, quer seja geograficamente e territorialmente, quer seja simbolicamente, sendo excluídos pelas camadas dominantes demarcadas na sociedade de classe racista.

Portanto, até hoje observa-se a produção de uma insegurança quando se trata da presença de jovens pobres, principalmente se for negro. Resultado da criminalização histórica dos negros e da juventude pobre de maioria negra. As identidades e subculturas destes jovens não são reconhecidas, ademais a ausência e retiradas constantes de direitos que estes jovens sofrem, contribuem para que eles não reconheçam sua cidadania, que deve ser construída, reconhecendo as diferenças no contexto sócio espacial e econômico. Deste modo, o jovem muitas vezes não se percebe como cidadão, então se envolve em circunstâncias de conflito com a lei. Vale lembrar que não se trata de uma relação causal, como nenhuma das variantes que foram levantadas na presente pesquisa, no entanto, diz respeito a uma análise de múltiplas razões.

Dados estatísticos e tabelas mostram o perfil da população carcerária no Brasil, que tem sua maioria de jovens, assim como, esta faixa etária se coloca a frente nas demais estatísticas criminais. Além de jovens, os dados mostram que a maior parte dos indivíduos envolvidos com ilicitudes são homens e negros. Ou seja, o sujeito socialmente reconhecido como criminoso tem cor, idade e sexo. Ele é homem, jovem e negro. Cabe aqui questionar por que estes são os sujeitos envolvidos com

práticas consideradas criminosas. Por que estes são os indivíduos que mais sofrem com a vitimização criminal e com a letalidade violenta.

“A Polícia do Rio de Janeiro é a Polícia que mais mata, mas também é a Polícia que mais morre”, disse um policial civil durante a entrevista feita para a referida monografia. Ao ouvir as representações sociais dos policiais civis a respeito dos jovens que cometem ilicitudes, é notório em seu discurso a legitimação de suas ações abusivas e hostis, como visto no pequeno trecho acima. Além disso, para eles, o uso de drogas é sempre a porta de entrada para o que chamam de “mundo do crime”. O simples uso da maconha, segundo os policiais, acarreta numa carreira progressiva no uso de outras drogas e principalmente na progressão criminal. Desta forma, justificando e legitimando o discurso da guerra às drogas. Os policiais entrevistados tem a consciência que os jovens moradores de periferias são criminalizados e estigmatizados, os jovens que chegam na 48ª Delegacia de Polícia, segundo eles são no geral bem pobres e no entanto fazem questão de reforçar que nada justifica o cometimento de crimes.

A relação entre jovens e policiais se configura em uma relação de desconfiança e de tensão. A polícia com seus métodos (i)legais e usuais transforma jovens em indivíduos suspeitos, usando de sua autoridade para os coagir, segundo a percepção dos próprios jovens. Principalmente para aqueles que são negros que são duplamente criminosos em potencial, visto que são jovens e negros, pertencentes de duas categorias criminalizadas, fora todo o seu vestuário, gírias e gestual, igualmente criminalizados. Assim o jovem se percebe diante da polícia. E percebe os policiais como aproveitadores, oportunistas, que cometem crimes tantas vezes e permanecem impunes.

As representações sociais produzidas pelos policiais a respeito dos jovens que cometem ilicitudes, está dentro de um contexto onde jovens, pobres e negros, que são a maioria destes jovens envolvidos com atos ilícitos, são criminalizados, marginalizados, reforçando os estereótipos, que foram confirmados nos discursos dos policiais.

Neste trabalho, foi possível trazer perspectivas juvenis, através de pesquisas bibliográficas, porém optou-se por ouvir policiais. O que foi de grande importância, deste modo, foi possível perceber que expressões usadas por eles, tem um grande

significado no seu fazer profissional. Para os policiais, “enxugar gelo” é algo que muito os preocupa e incomoda. Eles sentem que o trabalho deles não dá resultado, e para eles, a sociedade ainda os culpa por não fazerem devidamente seu trabalho, visto que, os indivíduos que cometem infrações passam pouco tempo presos. No entanto, também se faz muito necessário, ouvir os jovens neste processo. Ouvir suas representações, saber como percebem os estigmas, se é que os percebem desta maneira, ouvi-los no que tange a sua relação quando diante de policiais, seja por operações, abordagens, ou em tantas outras possíveis circunstâncias.

6- REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carla Coelho de. **Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal**. Brasília: Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2007.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho!:** homicídios cometidos pela polícia militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2ª edição . Editora Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: 2ª. edição. Editora Revan, 2003.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Estatuto da Juventude. Disponível em: < <http://juventude.gov.br/estatuto#.WEpWxtlrLhk>> Acesso em: 07 de mai.2016

CANO, Ignácio. RIBEIRO, Eduardo. **Vitimização letal e desigualdade no Brasil evidências em nível municipal**. Porto Alegre: Civitas; v. 16, n. 2, p. 285-305, abr./ jun. 2016.

CARVALHO, Thiago Fabres de. TERRA José Maria. **Justiça paralela criminologia crítica, pluralismo jurídico e (sub) cidadania em uma favela do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

CASTRO, João Paulo Macedo e. **A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública**. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/ Museu Nacional, 2009.

CASA FLUMINENSE. Disponível em: < <http://casafluminense.org.br/> > Acesso em: 15 de jul.2016.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação; n. 24, p. 40-52, set./ dez. 2003.

DAYRELL, Juarez. MOREIRA, Maria Ignez Costa. STENGEL, Márcia (Orgs.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Editora PucMinas, 2011.

FERRÃO, Brisa Lopes de Mello (Coord.). **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

FERRAZ, Cláudio Armando. **Manual de abordagem e revista a pessoas**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes, - 4ª edição, [reimpr], - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

ISP. Instituto de Segurança Pública. Disponível em: < <http://www.isp.rj.gov.br/> > Acesso em: 17 de ago.2016.

NASCIMENTO, Andréa Ana. **Especialistas no imprevisto: breves considerações sobre as atividades policiais nas delegacias especializadas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Cadernos de segurança pública; ano 3, n. 2, Jan. 2011.

MARGULIS, Mario (Org.). **La juventud es más que una palabra ensayos sobre cultura y juventude**. Buenos Aires: 3ª edição. Editorial Biblos Sociedad, 2008.

MINISTERIO DA JUSTIÇA. DEPEN. Informações Penitenciárias. Disponível em: < <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> > Acesso em: 17 de ago.2016.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”**. São Paulo: Lua Nova; n. 79, p. 15-38. 2010.

MUNIZ, Jaqueline. **A Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional**. Security and Defense Studies Review; v.1, winter, 2001.

LIMA, Renato Sérgio de. BUENO, Samira (Coord.) **Anuário brasileiro de segurança pública 2015**. Pinheiros, SP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

MUSUMECI, Leonarda. RAMOS, Silvia. **Elemento suspeito abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PAIVA, Vanilda. SENTO-SÉ, João Trajano (Orgs.). **Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Juventude viva caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2014.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Crenças, valores e representações sociais da violência**. Porto alegre: Sociologias; ano 8, n.16, p. 250-273, jul./ dez. 2006.

RAMOS, Silvia. **Juventude e polícia**. Rio de Janeiro: Centro de estudos de segurança e cidadania; ano 5, n. 12, p. 1-16, out. 2006.

SILVA, Gilvan Gomes da. **A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na construção do suspeito**. Brasília: Dissertação de Mestrado ao departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2009.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Sociabilidade violenta**: por uma interpretação da criminalidade no Brasil urbano. Brasília: Sociedade e estado; v.19, n.1, p. 53-84, jan./ jun. 2004.

SINHORETTO, Jacqueline (coord.). A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: **Pensando a segurança pública**. v. 5. Brasília: Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública, 2014

TRAD, Leny Alves Bomfim (coord.). Segurança pública e questões raciais: abordagem policial na perspectiva de policiais militares e jovens negros. In: **Pensando a segurança pública**. v.6. Brasília: Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública, 2016.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: 2ª edição. Editora Revan, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016 homicídios por arma de fogo no Brasil**. FLACSO Brasil, 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Juventude viva mortes matadas por armas de fogo**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Juventude viva os jovens do Brasil**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Juventude viva homicídios e juventude no Brasil**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.

ZACCONE, O. **O Sistema penal e seletividade punitiva no tráfico de drogas**. In: Revista Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. Vol.: 14. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

ZALUAR, Alba. **Democratização inacabada**: fracasso da segurança pública. São Paulo: Estudos Avançados, v. 21, n. 61, p. 31-49, set./ dez., 2007.

7- ANEXO

A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

O presente trabalho visa compreender quais as representações sociais de policiais sobre jovens em conflito com a lei, e o decorrente número de homicídios. Objetiva ainda, analisar o envolvimento de jovens com ilicitudes, pesquisando sobre os crimes mais recorrentes praticados pelos mesmos, delimitando juventude pelo período etário de 15 até 24 anos (indo em conformidade com a demarcação feita pela ONU- Organização das Nações Unidas). Deste modo, entendendo as dinâmicas criminais que produzem um alto índice de mortes de jovens no Brasil e na Baixada.

- 1- Na sua opinião, e no que pode verificar na dinâmica criminal no município de Seropédica, qual o nível de envolvimento de jovens com o crime? E que tipos de crimes os jovens mais estão envolvidos?
- 2- Quais crimes os jovens mais praticam na cidade de Seropédica? Você percebe uma diferença entre crimes cometidos por jovens mais novos e os mais velhos, dentro dessa faixa etária de 18 a 28 anos? Quais fatores você atribui ao cometimento desses crimes que acabou de citar?
- 3- Você sabe me dizer se na Baixada o perfil de crimes é parecido?
- 4- Qual a incidência de mortes de jovens em Seropédica?
- 5- Qual o motivo dessas mortes?
- 6- O que pensa sobre estes motivos?
- 7- Quais variáveis você atribui ao homicídio de jovens na Baixada de modo geral? E em Seropédica?
- 8- Os jovens que dão entrada aqui na delegacia por cometer algum delito, costumam ter qual grau de formação? E perfil sócio econômico?
- 9- Geralmente eles ainda moram com a família?

10- Você acha que existe alguma medida que se aplicada, reduziria os crimes cometidos por jovens? Quais?

11- Dos jovens que chegam aqui, qual índice daqueles que já possuem passagem pela polícia?

12- Você acha que os jovens pobres são, de alguma maneira, criminalizados ou estigmatizados?

13- Por que você acha que existe esta criminalização?